

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

FACULDADE DE LETRAS

CURSO DE HISTÓRIA

Esboço da história social económica (1900-1994) e o impacto da guerra (1983-1992) no Distrito de Malema, Nampula

"Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de Licenciatura da Universidade Eduardo Mondlane"

Ernesto Damião

Maputo, 1996

94:33 (679)
D188e 04

F. LETRAS U. E. M.	
R. E.	25183
DATA	31/7 Janeiro/1997
AQUISIÇÃO	Distrito
COTA	HT-21

HT-21

Declaração

Declaro que esta dissertação nunca foi apresentada na sua essência, para a obtenção de qualquer grau acadêmico e que ela constitui o resultado da minha investigação pessoal, estando indicadas no texto e na bibliografia as fontes utilizadas.

Dedicatória

À memória dos meus pais

Damião e Rita

Aos meus irmãos

AGRADECIMENTOS

O meu agradecimento vai ao Dr. Liesegang que com o seu saber e experiência orientou a realização deste trabalho em todos os seus aspectos.

Também agradeço:

-Todos os professores do curso de História da Faculdade de Letras;

-Ao Dr. Sopa do AHM que me ajudou muito na recolha da documentação base;

-Em Malema, o meu agradecimento vai para o sr. Marcos Malowa, Chefe de Cobrança de Impostos da Administração do Distrito, ao sr. Víctor José Natura e ao sr. Daniel Cassaremo, que se responsabilizaram pelos contactos com os meus informantes e me acompanharam para zonas de difícil acesso.

-Os meus agradecimentos são extensivos aos meus colegas do Curso e do Serviço (Gabinete de Relações Públicas da UEM), amigos e amigas que directa e indirectamente contribuíram para a realização do presente trabalho.

RESUMO

O presente trabalho tem por título: "Esboço da história social económica (1900-1994) e o impacto da guerra (1983-1992) no Distrito de Malema, Nampula". Tem por objectivo principal dar bases para a compreensão da História Social da Economia e da Guerra em Moçambique, muito particularmente sobre as vivências e experiências adquiridas, bem como as táticas para a sobrevivência aplicadas durante os vários contextos históricos pela população.

O mesmo é constituído por seis capítulos.

No capítulo introdutório apresentamos os objectivos, a justificação, metodologia utilizada e a abordagem da região e da temática geral.

No segundo capítulo caracterizamos o meio físico e cultural, que inclui a localização geográfica, os recursos naturais, a indústria, o comércio, os transportes, a origem do nome "Malema", aspectos sócio-políticos e culturais, o povoamento e população.

No capítulo seguinte analisamos o processo de conquista e ocupação colonial, a economia colonial e as táticas de sobrevivência neste período.

No quarto capítulo descrevemos as condições antes do início da guerra, o início, as bases da Renamo, o relacionamento entre os soldados e a população, o impacto da guerra e as táticas de sobrevivência.

No quinto capítulo analisamos o período pós-guerra da população do distrito em referência.

O sexto capítulo contém algumas conclusões e questões pertinentes.

Inclui também uma bibliografia, glossário e a lista dos entrevistados.

INDICE

	Página
Declaração.....	II
Dedicatória.....	III
Agradecimentos.....	IV
Resumo.....	V
Índice.....	VI
Cronologia.....	VIII
I. INTRODUÇÃO.....	1
1.1. Objectivos e contexto.....	1
1.2. Justificação.....	3
1.3. Metodologia.....	5
1.4. Abordagem da região e temática geral.....	7
II. MEIO FÍSICO E SÓCIO-CULTURAL	
2.1. Localização geográfica.....	12
2.2. Recursos naturais e agricultura.....	13
2.3. Indústria.....	14
2.4. Comércio.....	15
2.5. Transportes.....	15
2.6. Povoamento e Caracterização Sócio-Cultural	
2.6.1. Origem do Nome.....	15
2.6.2. População e Povoamento.....	16
2.6.3. Aspectos Sócio-Políticos e culturais.....	16
III. A conquista colonial e táticas de sobrevivência no tempo colonial	
3.1. Contexto.....	23
3.2. Ocupação e conquista colonial.....	23
3.3. ECONOMIA COLONIAL	
3.3.1. Agricultura.....	30

3.3.2. Transportes e Comércio.....	34
3.3.4. Táticas de sobrevivência no tempo colonial.....	38
IV. ASPECTOS GERAIS DA GUERRA	
4.1. Condições antes do início da guerra (1975 a 1983).....	44
4.2. Início da guerra.....	47
4.3. Principais bases da Renamo.....	51
4.4. O relacionamento entre a população e os soldados.....	53
4.5. Origem dos recursos da guerra.....	55
4.6. Táticas de sobrevivência durante a guerra.....	56
V. O PERÍODO PÓS-GUERRA	
5.1. Consequências da guerra.....	62
5.2. Continuidades e os planos do período pós-guerra	65
VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	70
VII. BIBLIOGRAFIA E FONTES.....	76



CRONOLOGIA

- 1850(?) - Emigração do régulo Maúa e filhos de Malema para Maúa.
- 1910- Prospeção de vários engenheiros britânicos da Momba Mineral, Ltd, no interior (do Mossuril a Malema).
- 1911/13- Extensão do domínio do Distrito de Moçambique para Malema
- 1912- Foi criado o Posto de Malema.
- 1913- Fundação do Posto de Mutuáli.
- Retirada da Empresa do Lugela no Posto de Mutuáli.
- 1914- Criação da capitania-mor de Malema.
- 1918- Malema posto britânico.
- Fev. 1918- Alemães apoderam-se do Posto de Malema.
- 1919- Portugal recupera o Posto de Malema.
- 1921- Instalação da Administração Colonial Civil.
- 1933- Foi extinto o Posto de Mutuáli.
- 1934- Foi extinta Circunscrição de Malema e integrada na Circunscrição de Ribáuê.
- 1939- Linha férrea atinge Malema-Sede.
- 1941- Linha férrea chega no Posto Administrativo de Mutuáli.
- 1942- Malema é de novo elevado a categoria de Circunscrição.
- 1945- Mutuáli é de novo elevado a categoria de Posto.
- 1945- JEA (Junta de Exportação de Algodão) e CICA (Centro de Investigação Científica Algodoeira) fundam posto em Mutuáli.
- 1975- Malema passa a categoria de Distrito.
- 1982- Primeiras acções de reconhecimento da Renamo no Distrito.
- 01/8/83- Primeiro ataque ao Posto de Mutuáli.
- 5/3/85- Ataque a localidade de Muralelo.
- 27/2/87- Primeiro ataque da Renamo a sede do distrito.
- 11/11/87- Segundo ataque da Renamo a sede do distrito.
- 1988- Terceiro e último ataque da Renamo a sede do distrito.
- 1992- Acordos de Paz.

I. INTRODUÇÃO

1.1. Objectivos e contexto

Este é um estudo de caso que quer dar um contributo da História Social da Guerra Civil e da economia em Moçambique. É um tema até 1994 pouco explorado em Moçambique, sobretudo na perspectiva local que pretendemos desenvolver.

O trabalho está organizado em seis capítulos. No primeiro apresentamos a introdução do tema, mostrando os objectivos gerais e específicos, bem assim a justificação e a metodologia. No segundo capítulo descrevemos o meio físico e cultural do distrito, que julgamos que pode ajudar a compreensão do tema.

No terceiro capítulo, abordamos a conquista e a economia coloniais e as táticas de sobrevivência neste período. Analisamos dentro da economia colonial, muito particularmente, o algodão e o tabaco. Relacionamos com o surgimento das primeiras lojas, a construção das primeiras estradas e da linha férrea.

No capítulo seguinte, analisamos as condições antes do início da guerra. Mostramos que depois da independência, houve um certo descontentamento de algumas camadas da população, devido a política seguida pela Frelimo, que não respeitava as condições sócio-culturais da zona e devido a redução da rede comercial. Faltavam alguns produtos essenciais. Neste capítulo, esboçamos também a guerra da Renamo desde o seu início, a intensidade, a duração, as principais bases, as táticas de sobrevivência da população.

neste período, as consequências da guerra e finalmente o relacionamento entre os soldados e a população.

No quinto capítulo esboçamos o período pós-guerra. Finalmente, há algumas conclusões tiradas, com algumas questões pertinentes. Juntamos no fim uma bibliografia que serviu de consulta para a elaboração do presente trabalho, uma lista dos entrevistados e um apêndice.

Em termos gerais, o presente trabalho que é apenas um esboço que tem como objectivos:

- desenvolver o debate sobre a problemática regional da guerra, sobretudo, para o conhecimento das diferenças regionais;

- contribuir para a construção de um modelo de análise dos efeitos da guerra;

- promover o interesse de estudo, debate, bem assim impulsionar a curiosidade científica por este tema que achamos ainda pouco investigado;

- fornecer informações e material de investigação para os futuros estudos;

- refletir sobre as condições gerais da guerra e participar na discussão e elaboração de políticas de apoio a população em situação de guerra.

Em termos específicos, pretendemos:

- analisar as experiências individuais e colectivas da guerra, mostrando as táticas aplicadas e as experiências adquiridas;

- descrever e analisar as condições locais para a guerra;

- contribuir para a compreensão das especificidades da realidade económica e sócio-cultural da região ;
- fazer uma reflexão das formas de produção e de reprodução da economia local no contexto de guerra;
- analisar os processos e transformações locais provocadas pela guerra;
- discutir, analisar e refletir sobre os actuais conflitos e contradições do poder local;
- analisar os problemas actuais do distrito ligados ao papel do governo em relação a comercialização dos excedentes da população.

As entrevistas foram realizadas no distrito de Malema em Novembro de 1995. Outras informações foram recolhidas durante as Actividades de Julho de 1994. Além dessas informações, há outras que obtivemos de documentos escritos e do conhecimento geral que temos do distrito.

1.2. Justificação

O interesse por este tema surgiu-nos depois de ter ouvido falar da realização de um projecto sobre a História Social da Guerra no país durante as Actividades de Julho de 1994. A partir daí ficamos com a curiosidade de conhecer melhor os efeitos da guerra, sobretudo, em relação à população camponesa.

O interesse também surge na medida em que notamos a existência de poucos estudos desta natureza que abordem o tema numa forma abrangente e que foquem a região ou localidades. Notamos a falta de fontes de informação sobre a região de Malema. Assim, o presente trabalho surge não apenas

como resposta a esta falta de fontes de informação de natureza sócio-cultural, mas sobretudo de natureza antropológica e histórica.

Foi útil de ter sido realizado no distrito de Malema porque é um dos distritos que sofreu bastante com a guerra e que tem características diferentes de outros. Malema era um distrito de fraco aldeamento. Então como se explica que a Renamo tenha conseguido manter o distrito numa situação de guerra e tenha feito muitos ataques? Isto contraria uma hipótese sobre a guerra formulada por Geffray que diz "a Renamo, operando numa região onde o aldeamento é fraco, não consegue mobilizar de maneira significativa uma fracção das populações, nem sobretudo de manter a situação de guerra"¹.

Isto faz-nos pressupor que a própria situação geográfica estratégica do distrito e a necessidade de sobrevivência da Renamo fez com que esta tivesse conseguido manter a situação de guerra, bem como fazer muitos ataques no distrito. Houve uma necessidade de se criar meios de sobrevivência em termos de alimentos e uma base para a sua progressão para a região mais a norte do país.

Longe de considerarmos um trabalho acabado, pensamos que com este contribuiremos para a compreensão da História de Moçambique, sobretudo, para o conhecimento da História Social da Guerra e para a compreensão da nova visão da história que não se limita apenas a descrever os horrores e os males da

¹. Geffray, C; Pedersen, M, "Sobre a guerra na província de Nampula. Os elementos de análise e hipótese sobre determinações e consequências sócio-económicas locais", In: Revista Internacional de Estudos Africanos, 4/5, 1986, pp.316.

guerra. Pensamos também que contribuiremos para a compreensão das especificidades locais, tanto para a guerra, como para a situação sócio-cultural e económica do distrito.

1.3. Metodologia

No princípio do presente trabalho fizemos a recolha da documentação-base. Consideramos documentação base obras publicadas sobre a zona ou sobre a temática que pretendemos abordar.

Em seguida, fizemos um trabalho de campo que estava dirigido à população rural do distrito em questão, além da consulta das autoridades do governo e dos chefes "tradicionais".

Elaboramos um guião de perguntas abertas. Achamos esta a melhor forma de alcançar os nossos objectivos.

Trabalhamos com as autoridades administrativas e "tradicionais" para facilitarem o trabalho junto da população, bem como, para a obtenção de algumas informações gerais, dados estatísticos e outros.

As entrevistas aos camponeses eram essencialmente para recolha de informações relativas à história social da guerra, as experiências individuais e outras informações relevantes para o trabalho, sobretudo de carácter histórico e antropológico. Entrevistamos indivíduos de ambos sexos que viveram ou que presenciaram a guerra no distrito. Para isso preferíamos pessoas com uma certa idade, com idoneidade reconhecida, com influência nas aldeias ou bairros por onde passamos.

Existem 8 cassetes com entrevistas gravadas. No fim do

trabalho há uma lista de alguns entrevistados. Há outras entrevistas das quais só temos apontamentos, porque alguns entrevistados recusavam-se a ser gravados, alegadamente para não sofrerem represálias por parte das autoridades. Depois destas entrevistas fizemos apontamentos das entrevistas, as quais foram usados para a elaboração do presente trabalho. Houve dificuldades na abordagem de algumas questões sensíveis da guerra, porque algumas pessoas ainda guardam na memória as façanhas da mesma e os receios de represálias não faltaram.

Há que lamentar o facto de a escassez de obras escritas sobre o tema ser gritante. Só muito recentemente foi publicado um artigo² que faz uma análise do processo de recuperação económica do sector familiar do distrito. Os outros estudos são de carácter geral, não contendo elementos específicos da zona, nem sobre a problemática que pretendemos desenvolver.

O nosso trabalho devia inicialmente limitar-se somente ao período compreendido entre 1900 e 1994. No entanto para darmos uma imagem mais abrangente do tema, não raras vezes tivemos que recuar ou avançar no tempo e ultrapassar a área geográfica em questão.

As citações completas de títulos no pé da página são talvez exageradas. Isto deve-se ao facto de termos enorme preocupação de facilitar ao leitor, sem perda de muito tempo a possibilidade de analisar as fontes que utilizamos.

². Malache, Adriano Manuel, "Pós-guerra e a recuperação económica do distrito de Malema", In: Arquivo, n°19, 1996, pp.111-133.

1.4. Abordagem da região e temática geral

Da pouca bibliografia existente, agrupamos em dois grandes grupos. O primeiro analisa a problemática da guerra em si e o segundo para assunto gerais. Assim, no primeiro grupo destacamos:

Christian Geffray publicou em 1986 e 1991 duas obras que analisam a transformação social e do sistema agrário do campesinato no distrito de Erati. Este autor tematiza a guerra na província de Nampula, as relações sociais no campo. Analisa a base mínima de recrutamento da Renamo e tenta identificar as responsabilidades do Estado e do Partido Frelimo entre as causas da guerra. Aborda a natureza das transformações económicas e sociais provocadas pela chamada "socialização do campo". Identifica as categorias sensíveis para a criação de um meio favorável à extensão da guerra no distrito de Erati.

Na base das suas investigações, Geffray formula duas hipóteses para a criação daquilo que chamou "meio favorável à Renamo":

1º a RENAMO, "operando numa região onde o aldeamento é fraco, não consegue mobilizar de maneira significativa uma fracção das populações, nem sobretudo manter a situação de guerra" (este poderia ser o caso do distrito de Malema em 1984).

2ª "por outro lado, pelo contrário, uma zona de aldeamento intensa mas sem presença activa da RENAMO é teatro de conflito e tensões sociais internos profundos, com violência esporádica, mas os conflitos que aí se desenvolvem

não parecem poder atingir o ponto crítico para além do qual se passariam a expressar sob uma forma de violência"³.

No entanto, Geffray tem sido criticado por Bridget O'Laughlin pelo facto de tentar generalizar este estudo de caso. Esta autora criticou em 1992 o livro de Geffray no sentido de que subestima o apoio da Renamo pela Rodésia e África do Sul.

—φ Jocelyn Alexander em 1994 publicou um artigo onde procura explorar a herança da guerra e intervenção estatal em relação ao acesso à terra e a autoridade local nas zonas dos distritos de Sussundenga, Báruè e Macossa, na província de Manica. Explora a maneira como as repetidas intervenções do Estado criaram uma gama de exigências de terras. Aborda ainda as ideias sobre, e estruturas da autoridade local, particularmente da autoridade "tradicional". Explora também as implicações da relação entre os níveis central e local do Estado e o papel das autoridades locais na reconstrução política.

Mark Chingono (1994) tenta descobrir, entre outras coisas, como é que a experiência da guerra afectou a vida das mulheres. Uma das questões que este levanta é o que a guerra ou a violência fez pelas mulheres; e o que é que as mulheres fizeram por elas próprias e para alimentar a guerra. Resumidamente, ele explora as estratégias postas em prática pelas mulheres em fase da guerra e tenta compreender as razões que fizeram com que algumas mulheres tivessem sucessos enquanto outras fracassassem.

³. Geffray, C; Pedersen, M, op. cit, p.316.



Yussufo Adam escreveu em 1991 um artigo em que faz a análise do processo de formação de aldeias comunais que inclui a remoção dos camponeses das suas áreas tradicionais de cultivo para outras zonas, sem necessárias condições de solo e água. Neste artigo Adam tira a conclusão que esta situação pode ser correlacionada com a falta de estabilidade das aldeias comunais e com o fraco funcionamento das estruturas administrativas e políticas. Adam está interessado na explicação da política de desenvolvimento. Não foca a questão que se pretende desenvolver: a guerra. Contudo, avança em relação a algumas contradições que provavelmente teriam criado condições para a Renamo ter alguns apoios de certos sectores da sociedade.

— Manuel Malache (1996) publicou um artigo que faz um estudo do processo de recuperação económica do sector familiar na sequência do fim da guerra. Faz também uma descrição da evolução da guerra no distrito de Malema. Pode-se considerar esta uma obra que dá os primeiros passos da História Social da Guerra Civil no distrito em questão.

Na bibliografia para assuntos gerais e do período da conquista militar, encontramos relatórios militares e administrativos, alguns com informação sobre a situação sócio-cultural da região. Há estudos que se realizaram mais tarde em forma de monografias, que normalmente se baseavam nestes documentos.

José Alberto Gomes Melo Branquinho em 1967/8 fez um estudo que visa a identificação dos chefes "tradicionais" mais influentes no Distrito de Moçambique. Contém informações

muito importantes para o tempo colonial.

A tese de Licenciatura de Adelino Zacarias Ivala⁴ pretende identificar as características e o fundamento do sistema sócio-político das sociedades Macua; caracterizar o processo da conquista e ocupação coloniais do território; explicar o funcionamento do sistema sócio-político vigente na altura da conquista militar portuguesa e explica o processo da conquista e evolução da divisão administrativa coloniais.

Alfredo Pereira⁴ de Lima (1971) publicou um livro de 4 volumes sobre a História dos Caminhos de Ferro de Moçambique. No volume 2, há boas referências sobre a construção da linha férrea da zona norte.

→ António Rita-Ferreira (1958) tentou caracterizar à base das fontes existentes dos diversos grupos étnicos do país, desde a sua origem até as suas características.

O Relatório de Duarte Ferreira de 1915 refere a ocupação do distrito a partir do Distrito de Quelimane. Mostra a pouca clareza da definição da fronteira que houve entre o distrito de Moçambique e o de Quelimane, que fez com que algumas partes do actual distrito de Malema estivessem sob influência da Empresa do Lugela até 1913. A referida empresa dedicava-se a agricultura e tinha direito de cobrança de impostos até pelo menos em 1913 quando o governo colonial português conseguiu incorporar finalmente a zona dentro da sua administração.

⁴. Ivala, Adelino Zacarias, Transformações sócio-políticas no Alto-Lúrio; o caso do regulado de Umpuhua, c.1850-1933: contribuição para a pesquisa da história local, 1993, ISP.

Eduardo Medeiros em 1987 escreveu um livro onde analisa as estruturas políticas-sociais entre os Macua. As transformações da base económica ao longo dos séculos e faz uma breve história económica e avança algumas considerações sobre as causas presumíveis da aparente imobilidade linhageira nesta sociedade, entre outras questões.

René Pélissier (1987-8), descreve lutas de resistências contra a penetração colonial portuguesa em Moçambique. Tem algumas referências importantes da Primeira Guerra Mundial na região norte de Moçambique.

Como se pode observar, há falta de fontes que se refiram o tema ou a região. Em relação a guerra, a bibliografia existente apresenta uma lacuna ao abordar apenas os horrores da guerra e com uma certa parcialidade, enquanto a bibliografia de assuntos gerais, apresenta limitações na parte de fontes de informação de natureza antropológica e económica. Há apenas alguns apanhados inconsistentes e não abrangentes.

II. MEIO FÍSICO E SÓCIO-CULTURAL

2.1. LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA

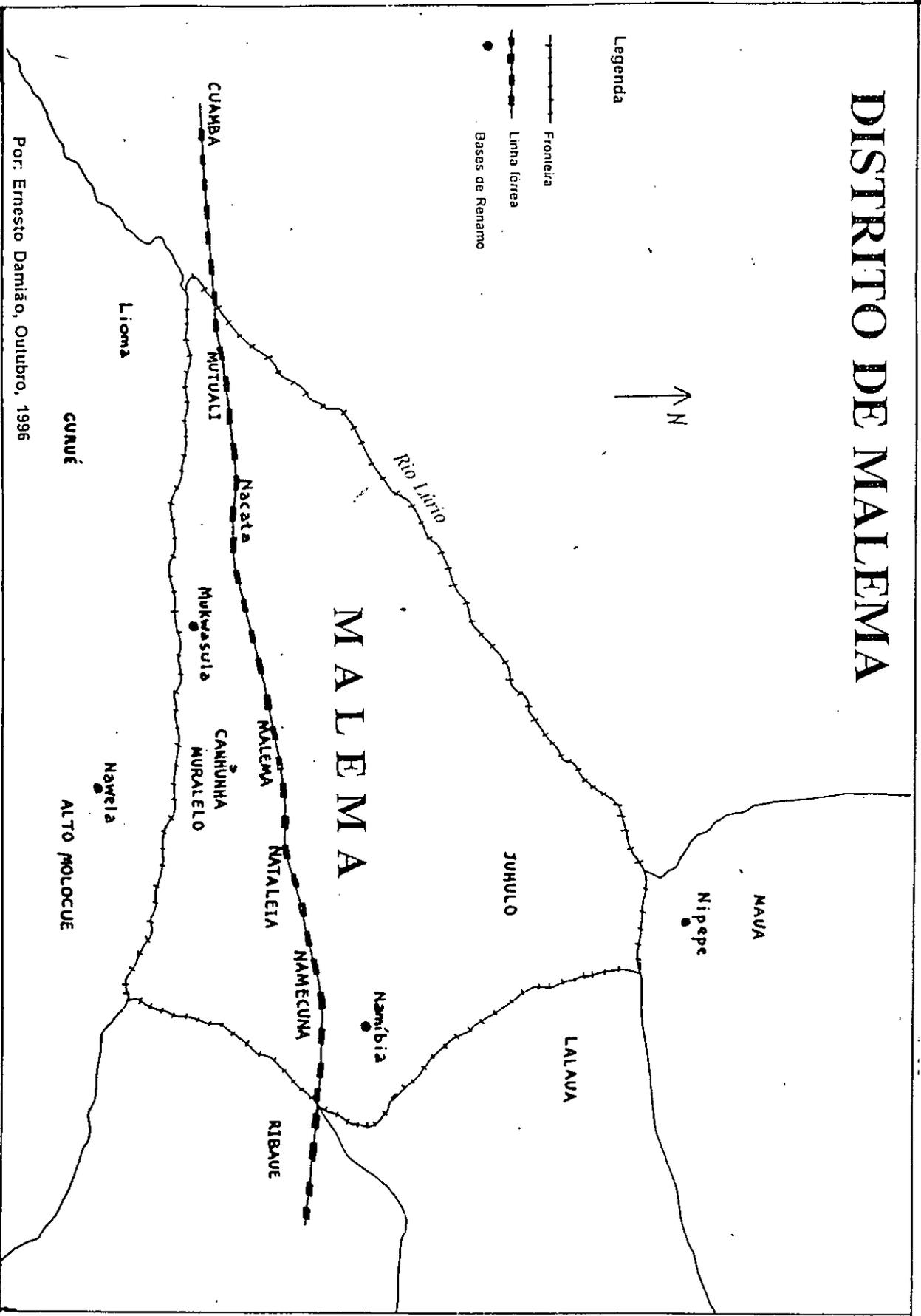
Malema é um distrito que se situa ao norte de Moçambique, província de Nampula, ocupando uma área de cerca de 5000 km², fazendo fronteira com as províncias do Niassa a norte e oeste, Zambézia a sul e os distritos de Ribáué e Lalaua a Leste. Fica entre os paralelos 14°, 00' e 15° 15' de latitude sul e entre os meridianos 36° 45' e 38° 00' de longitude este. Malema tem a circundá-la a serra Nampatiua, de 1603m de altitude. O distrito tem os seguintes postos administrativos de Mutuáli e Chihulo e as localidades de Murralelo, Namecuna e Nataleia.

Quadro.1. A evolução demográfica do distrito de Malema

Anos	Número da população
1930	30.491
1940	19.918
1950	32.384
1960	40.410
1970	59.901
1980	86.164
1994	125.000

Fonte: Anuário de Lourenço Marques 1932 e 1942; Anuário de Moçambique 1951-52, 1962 e 1972-73; Ivala, op.cit, p.27 e Administração do Distrito de Malema

DISTRITO DE MALEMA

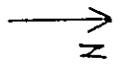


Legenda

Fronteira

Linha férrea

Bases de Renamo



Rio Litrio

MALEMA

JUHULO

NAVA

Nipepe

LALAVA

Namipia

RIBAUE

NAMECUNA

MATALEIA

MALEMA

CANHUNHA
MURALELO

MUKASULA

Nacata

MUTUALI

CUANBA

Lioma

CUNUÉ

Nawela

ALTO MOLOCUE

Por: Ernesto Damião, Outubro, 1996

É bastante difícil compreender este quadro evolutivo da população, porque por exemplo em 1940 regista-se uma queda inexplicável do número da população. Talvez seja o problema da fuga da população devido ao trabalho forçado, a violência da construção da linha férrea e da estrada nacional número 8, como veremos seguidamente. Por outro lado, torna-se difícil compreender os dados devido a integração e desintegração que o de Malema ao distrito de Ribáuê, como se pode observar na cronologia.

II.2. RECURSOS NATURAIS E AGRICULTURA

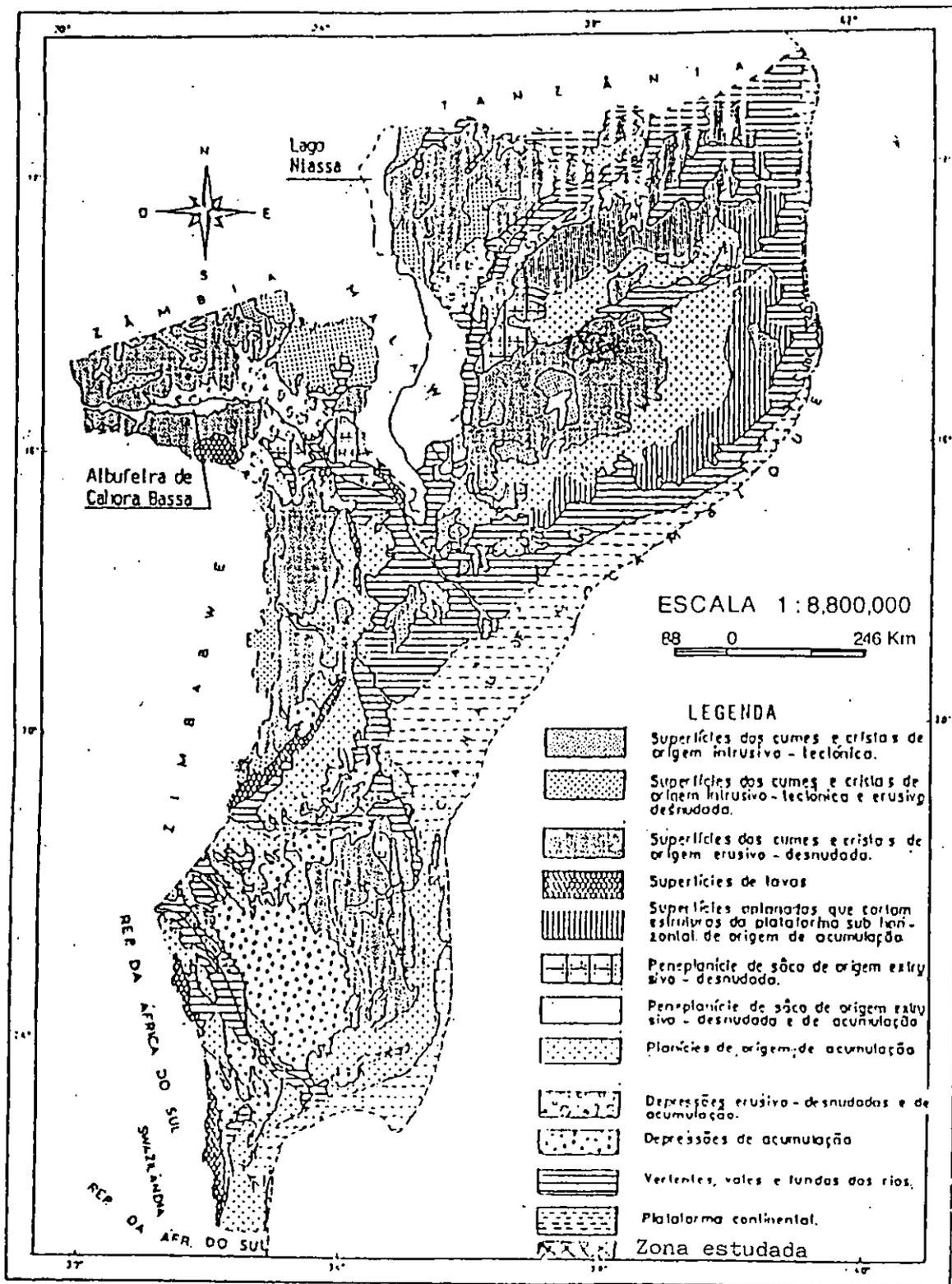
O distrito de Malema é um dos produtores de mapira, milho, tabaco, algodão, cebola, amendoim, gergelim, mandioca, feijão, entre outros produtos.

É atravessado pelos rios Malema, Nalume, Nioce, Niwalo, Nataleia, Elema, Nampurro. São rios que desempenham um papel importante para a agricultura. As baixas destes rios produzem muito milho, cebola, feijão, tabaco e hortícolas.

Tem duas estações do ano: uma quente e chuvosa (elimue) que geralmente começa em Novembro e vai até em Abril e outra seca (ehita) que vai de Maio até Outubro/Novembro.

Apresenta um quadro topográfico variado. É dominado por numerosas manchas orográficas e os altiplanaltos alcançam normalmente os 600 metros.

Por apresentar um quadro topográfico variado, confere ao clima local algumas especificidades; sendo húmido no geral, evidencia-se pelas temperaturas relativamente mais baixas nas regiões montanhosas: 20 a 25 graus centígrados no período



Mapa geomorfológico de Moçambique

Fonte: Instituto Nacional de Geologia

quente e 15 a 20 graus centígrados no período fresco e seco. Isto propícia a região para a prática agrícola, pois, enquanto a região Este e Central da Província o período de cultivo é de 189-120 dias, em Ribáuè e Malema o mesmo atinge os 240-300 dias⁵.

As populações deste distrito dedicam-se quase exclusivamente à agricultura, não existindo muitas cabeças de gado, a não ser caprino e suino. As populações também caçam, confeccionam esteiras, cestos, redes de pesca, e fazem pequenos trabalhos de ferro e de olaria.

II.3. INDÚSTRIA

O distrito tem uma fábrica de descaroçamento e prensagem de algodão, que pertence a SAN (Sociedade Algodoeira do Niassa). Esta fábrica está localizada no Posto Administrativo de Mutuáli.

Neste momento, encontra-se paralisada, devido a uma sabotagem que sofreu em 1984. Era uma fábrica que permitia que o algodão que

é produzido no distrito fosse descaroçado para depois ser escoado para Nampula ou exportado. Neste momento, o algodão caroço que é produzido neste distrito é transportado para a fábrica de Cuamba.

Além desta fábrica, na sede do distrito, existe outra de beneficiamento do tabaco, que pertenceu o Grémio dos Produtores de Tabaco do Norte de Moçambique. Esta fábrica precisa de uma reabilitação.

⁵. Ivala, Adelino Zacarias, op. cit. p.25.

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DE MALEMA 1994/5

Malema-Sede.....	39.470
Murarelo.....	21.875
Niocé.....	16.175
Nataleia.....	10.938
Mutuáli.....	25.655
Iapaca.....	5.450
Chihulo.....	5.437
TOTAL.....	125.000

Fonte: Administração do Distrito em Novembro de 1995.

II.4. COMÉRCIO

Existem diversos estabelecimentos comerciais, alguns dos quais se encontram em exploração e outras em estado de degradação absoluta. Neste momento, é muito difícil de precisar o número dos estabelecimentos comerciais que estão em funcionamento, mas existem muitos que estão encerrados ou que funcionam com grandes deficiências financeiras.

Depois da guerra, o comércio informal está a desenvolver-se, mesmo em zonas recônditas.

II.5. TRANSPORTES

O distrito de Malema, possui uma rede rodoviária que compreende os troços de Malema-Ribáué e Malema-Lúrio, Nataleia e Mutuáli-limite do Gurué, para além dos caminhos de ferro Ribáué-Malema-Lúrio, fazendo parte do corredor de Nacala. A maior parte das estradas já estão reabilitadas ou estão em vias de reabilitação. Há poucos carros e tractores. A bicicleta é o principal meio de transporte da população.

II.6. Povoamento e Caracterização Sócio-Cultural

II.6.1. Origem do Nome

As fontes orais concordam com António Cabral que diz que a palavra "Malema" é plural de ilema, um cesto de forma cónica, também conhecido por naza, que serve para a pesca nos rios. Ilema é um monte pertencente à cordilheira do Inago, com a forma de cesto⁶. Pressupõe-se que é daí onde provem o nome de Malema.

⁶. Cabral, António C.P, Dicionário dos Nomes Geográficos de Moçambique: Sua origem, Lourenço Marques, 1975, P.88.

II.6.2. População e Povoamento

Malema está integrado no grupo linguístico dos Macua, e pertence a variante Elomwe. Outros autores chamam de Echirima a variante falada neste distrito.

Segundo fontes orais, a população de Malema é oriunda do monte Namuli (Zambézia).

As fontes escritas concordam também com as fontes orais que o "clã Lapone, oriundo de Namuli..é dominante entre os erates ou errates,, chaca, chirima,.. lomué"⁷, mas não predominam hoje. Diz-se também que o "antigo régulo Maúa e os seus filhos Vatiua, Cuvir viveram em terras de Malema, mas por razões desconhecidas, mudaram-se para as terras de Maúa e Metarica, mais tarde Vatiua regressou às terras de Malema, mas após ter sido preso e concluído a pena de desterro em Muecate, mudou toda a sua gente para as terras de Maúa, deixando Malema os seus filhos Namecuna e Macália"⁸.

As fontes não indicam o(s) ano(s) em que a primeira emigração aconteceu de Maúa. Mas tudo indica que foi antes de 1850.

É provável que tenha sido o problema ecológico e a insuficiência de terras férteis para toda a população, em conjunto com outros factores que provocou todas essas movimentações.

II.6.3. Aspectos Sócio-Políticos e culturais

Como afirmamos anteriormente, Malema está integrado no grande grupo linguístico macua. Sem pretendermos fazer uma

⁷. Branquinho, José A.G. Melo, op.cit, p.228.

⁸. Branquinho, José A.G.Melo, op. cit, p.36.

abordagem abrangente da cultura da população de Malema, podem-se destacar alguns aspectos que nos parecem relevantes para o presente trabalho.

A população do distrito de Malema pratica sobretudo a agricultura. Mas o que se verifica é que apesar de o homem se envolver na agricultura "o trabalho da enxada pertence especialmente à mulher e a ele (homem) cabe apenas a preparação das terras, a construção de palhotas, dos cercados e dos apriscos"⁹.

Em cada chefatura "viviam várias linhagens ou segmentos de linhagens de gente livre; tendo cada uma um pequeno território próprio, um decano- *mwene* ou um *humu* e a respectiva *pwiyamwene*, responsável pela preparação de todos os rituais do grupo"¹⁰.

A sucessão e a herança são matrilineares. "o herdeiro do homem é sempre um sobrinho, filho da sua irmã mais velha. Na falta dele, recorre-se à própria irmã e raramente o irmão mais velho ou seus sucessores, preferindo a linha feminina"¹¹. Isto significa que há possibilidades que a sucessão de cargos políticos recaia em mulheres. Não há casos conhecidos em Malema que confirmam essa opção, mas tudo indica que as mulheres em sociedades matrilineares gozam de mais direitos do que em sociedades patrilineares.

O "Nihimo" (clã), é um termo usado pelos macua para

⁹. Freitas, Nuno Ivens Ferraz de, Monografia Etnográfica sobre os Macuas, L.Marques, 1965, p.3, Dactilografado (AHM, SE, não registado).

¹⁰. Ivala, Adelino Zacarias, op. cit. p.10.

¹¹. Freitas, Nuno Ivens Ferraz de, op. cit. p.2/3.

aludir ao antepassado místico da família matrilinear que geralmente "herda, conserva o seu nome vulgar ou simbólico"¹². Isto quer dizer que nesta sociedade, a organização sócio-política era baseado no parentesco. Este parentesco que era definido pela via uterina, incluía todos os indivíduos de ambos sexos, convictos de pertencerem o mesmo antepassado. Concordamos com a opinião de Medeiros que contrariando ao que pretendia o Pe. Gerards, constata que "nunca existiram clãs constituídos exclusivamente por gente escrava [akanihimo= gente sem nihimo]. O que houve, sim, foram linhagens de cativos nas grandes chefaturas a partir do século XVIII"¹³.

Os "mahimo", muitas vezes estão relacionados com alcunhas, ocasionadas por defeito físico ou moral dos seus antepassados. Indivíduos do mesmo "nihimo", geralmente desenvolvem boas relações. Assim, um indivíduo que chegue a uma zona onde não conheça ninguém, basta invocar em voz alta ou simplesmente invocar nas saudações o nome do "nihimo" a que pertence, se por acaso houver alguém que pertença a este "nihimo", há-de lhe acolher e tratar-lhe como se fosse um amosi ou amudhi ou ainda ahima (termo que se pode traduzir por parentes, os da família, os do mesmo clã).

Isto quer dizer que é de amusi (sing. mmusi) que se deriva a palavra omusi que exprime a pertença à mesma filiação matrilineageira ou matriclânica. Todos os

¹². Branquinho, José A.G.Melo, op. cit, p.227.

¹³. Capela, J; Medeiros E, O Tráfico de Escravos de Moçambique para as Ilhas do Indico 1720-1902, Núcleo Editorial da UEM, Maputo, 1987, p.90.

indivíduos que não são da mesma matrilinhagem do Ego ou do clã do Ego são designados por *amalapo* (sing. *mmalapo*) no sentido de estranhos à família clânica..¹⁴. Como dizia um dos nossos informantes: "nos tempos, um indivíduo quando chegasse a uma zona onde provavelmente não tem família, gritava: fui nascido no mole, em casa sendo milima"¹⁵. Isto significa que o pai é mole e a mãe é milima. Estas palavras tinham sido ensaiadas aos filhos e assim eles aprendiam o nihimo do seu pai e da sua mãe.

Os principais mahimo são: *mirole*, *mirasse*, *milima*, *mole*, *lapone*. Esses mahimo ainda continuam a existir, só que ultimamente pouca gente conhece ou acha relevante conhecê-las.

O regedor Avarra, do clã *Mulima*, é o 'irmão' (primo) do regedor *Mualijane*, de *Lioma* (*Gurué*), que lhe estava subordinado politicamente, e é parente clânico do antigo régulo *Muimela*, regedor *Matola*, *Inharrucué* e *Cunvarre*.

Os regedores *Malaia* (*Muralelo*) e *Namecuna* pertencem ao clã *Mirole* e são também parentes clânicos do regedor *Maua*, de *Ribáuè* e *Hamela* e do chefe de grupo *Mukoko* da regedoria *Maúa*, ambos de *Maúa* e *Nanripo* (*Namuno*)¹⁶.

¹⁴. Ivala, Adelino Zacarias, op. cit. p.11.

¹⁵. E.I. Colete, Maurício, Malema, 15/11/95.

¹⁶. Branquinho, José A.G.Melo, op. cit. p. 36.

Quadro 2. Regulados em 1970¹⁷

	Régulo	Clãs (Mahimo)
Malema	Avarra	Milima
	Malaia	Lucasse e Mirole
	Muimela	Milima
	Namecuna	Mirole
	Maçalia	Mirole
Mutuáli	Cunvarre	Lapone e Milima
	Inharrucué	Milima
	Matola	Milima

Fonte: Ivala, Adelino, p.36, Anuário de Lourenço Marques 1932 e 1942; Anuário de Moçambique 1951-52, 1962 e 1972-73 e entrevista com o sr. Malowa

O matrimónio é uxorilocal e sem compensação nupcial.

Os filhos ficam sempre a pertencer à mãe ou a sua família. A autoridade dos tios maternos é muito maior e a eles se deve o maior respeito (avunculado). Assim "pelo divórcio, os filhos, quase sempre pertencem à mãe..."¹⁸.

Em caso algum, um homem devia manter relações sexuais ou

¹⁷. Os dados contidos neste quadro são questionáveis, sobretudo em relação ao mahimo de cada regulado. Muitas vezes os regulos eram destituídos e substituídos por indivíduos de outro nihimo. Talvez os mahimo aqui representados indiquem a maioria de cada regulado.

¹⁸. Freitas, Nuno Ivens Ferraz de, op. cit, p.2.

casar-se com uma mulher do seu próprio clã ou nihimo. Poderá adoecer de *emuenemuene* (doença de tremer todo o corpo) ou "haverá maldição dos seus deuses familiares"¹⁹ e o casamento pode resultar em filhos defeituosos ou com problemas mentais, pois, pensa-se que indivíduos do mesmo "nihimo" tem sangue igual. Com essa maneira evita-se o incesto.

A uxori-localidade do casamento faz com que os homens de outras linhagens tenham a obrigatoriedade de irem viver na unidade residencial das mulheres. Esta forma de procedimento facilita que os chefes da linhagens controlem os seus dependentes. Assim formavam um "território" sob a sua "jurisdição".

Em termos de religião, há o culto dos antepassados (*manismo*). Então, "todo o clã escolhe um local para o culto dos seus antepassados, que tanto pode ser um cemitério ("capurini" ou "mahie"), uma árvore (geralmente o imbondeiro) ou simples lugar assinalado por qualquer objecto em que um antepassado desse clã tivesse falecido"²⁰.

Esta cerimónia de culto de antepassados é conhecido por *makeya*. Geralmente durante esta cerimónia é feita a deposição de farinha de *mapira* e/ou bebida tradicional (*otheka*).

Os locais onde são realizadas estas cerimónias são sagrados e muito bem conservados, não sendo possível serem posteriormente usados para outro destino. Quem faz a invocação dos espíritos é a chamada mãe grande (*avó*), e na

¹⁹. Freitas, Nuno Ivens Ferraz de, op. cit. p.3.

²⁰. Ideias, Manuel N.S, Monografia Etnográfica sobre a tribo Macua, p.12, Dactilografado (AHM, SE, não registado).

sua falta, outra mulher da família.

"Ninguém se resolve a empreender a caça, a pesca, uma viagem ou inaugurar uma palhota sem consultar N'kulukana, isto é, o mágico do grupo"²¹.

Com a presença colonial portuguesa no interior da região da província de Nampula, foi introduzida a religião católica. Até hoje é esta a religião mais professada. No Posto de Mutúali encontra-se uma das grandes missões católicas da região, de nome Missão de Santa Teresinha do Menino Jesus de Mutuáli.

²¹. Freitas, Nuno Ivens Ferraz de, op. cit, p.3.

CAPÍTULO III.

A CONQUISTA COLONIAL E TÁCTICAS DE SOBREVIVÊNCIA NO TEMPO COLONIAL

III.1. Contexto

Com este capítulo, pretendemos apresentar a ocupação e conquista coloniais da região e a economia no período colonial. Mostramos que a ocupação só se deu entre 1900 e 1913. Por outro lado, analisamos a economia colonial, muito particularmente a cultura do algodão e tabaco. Relacionamos a introdução dessas culturas e a abertura de estradas. Malema foi um dos distritos afectado pela cultura forçada do algodão e tabaco e a violência para a construção da linha férrea e as estradas. Analisamos também as tácticas de sobrevivência da população neste período histórico.

III.2. Ocupação e conquista colonial

A ocupação e conquista desta região pelo colonialismo português foi muito tardia comparado com algumas zonas do Centro e Sul do país.

Ainda é difícil encontrar documentos escritos que se refiram à zona.

Até 1913 a imprecisão do limite sul do distrito de Moçambique com o de Quelimane era notório e até constituiu por vezes motivo de atentados violentos praticados pelas autoridades que dominavam por essas regiões, como veremos a seguir. O Relatório de 1911-1913, de Duarte Ferreira, o então Governador do Distrito de Moçambique descreve essa situação. A indefinição dos limites, segundo ele, "dava de facto origem

a que, quer as autoridades do distrito de Quelimane, quer, sobretudo, a ambição da expansão das Companhias ou Empresas com terrenos situados nessas regiões, entrassem pelo território deste distrito, a pretexto, umas vezes, de que a linha divisória não estava marcada no terreno, outras de que o limite racional deveria ser diferente"²².

De qualquer maneira principal razão era a ambição da posse dessa região altos vales dos rios Ligonha e Lúrio, irrigados por uma série de rios, entre estes o Malema, de farto curso de água, além naturalmente, do domínio sobre as respectivas populações de não menos abundância em trabalho e mussôco (imposto).

Uma das consequências desta situação, como veremos seguidamente era a falta de sossego e da fuga da população para a margem esquerda do rio Lúrio. A população fugia das violências do sistema feroz de domínio.

O relatório acima citado reporta casos de palhotas queimadas, machambas destruídas, feitas por sipaios que vinham da Zambézia.

Por toda esta região até ao rio Lúrio, havia várias instalações, para alojar os empregados nas suas excursões fiscais de arrolamento e a cobrança do mussôco.

Para acabar com o problema da falta de delimitação clara da fronteira entre os dois distritos, entre 1911 a 1913 foi feita a marcação dos limites na parte sul com o rio Ligonha, e deixadas no terreno as marcações desse limite, a saber: "1ª

²². Ferreira, Duarte, Distrito de Moçambique. Relatório do Governador (1911-1913), Lourenço Marques, 1915, p.68.

no rio Lúrio por 15° sul; 2ª no monte Namarra a 1:210 metros de altitude; 3ª junto do rio Luabo entre o extremo do monte Nicaparro e um contraforte do monte Namarra; 4ª no rio Nalume; 5ª no rio Lotiua e, a 6ª no rio Malema por 15°, 46',09'' de latitude sul, pode ser descrito esse limite da seguinte maneira (...) pelo paralelo 15° entre os cursos dos rios Lúrio e Malema e deste último seguindo o curso do mesmo rio Malema até encontrar o seu afluente Molim, cujo curso segue até ao sopé da serra do Inago e contornado este até encontrar o rio Ligonha, e pelo curso deste rio até à sua foz mais ao norte"²³.

Feita a referida demarcação "instalou-se um posto na região de Mutuáli, terras do régulo Muidédére, fugido para os lados do Nyassa [Companhia do Niassa], (.....) e com jurisdição sobre toda a acção policial e fiscal da estação ou Boma de Maicune, única que se encontrava a norte do limite, pois o posto do alto Lúrio estava a 100 metros para o sul dessa linha, deveria cessar por banda de Empresa do Lugela, devendo os sipaios retirar-se para o distrito de Quelimane"²⁴.

O Governador Duarte Ferreira participou na equipe que demarcou a fronteira antes de elaborar este relatório em 1915.

Segundo este Governador, na mesma altura teria dado "liberdade a algumas mulheres e crianças que estavam fazendo serviço na estação de Maicune, por não terem pago o imposto

²³. Ferreira Duarte, Ibidem.

²⁴. Ferreira, Duarte, Ibidem.

ou por obrigação de trabalho, e fiz arrazar o zonzoro dessa estação, não só com o fim de mostrar aos indígenas que toda acção da antiga autoridade e o domínio dessa estação terminaria, como também porque, tendo instalado o novo posto de Mutuáli, inteiramente aberto e sem nenhuma espécie de obras de defesa, tinha que desaparecer a fortificação daquela estação referida"²⁵.

A partir daquele altura regista-se uma viragem substancial da situação da população da região e marca o início duma nova era, em que finalmente é o governo do estado que controla administrativamente, pois, até então nunca tinha estado presente. A população começa a pagar o imposto em géneros ao governo, porque até a altura lá ainda não corria muito o dinheiro.

Há outras fontes que confirmam com a descrição aqui referida"²⁶. A colonização partiu do litoral foi até Nampula, Ribáuè, Malema e atingiu Mutuáli. Segundo estas últimas fontes, quem esboçou o plano de ocupação no interior de Nampula foi o então Governador Geral, Azevedo Coutinho, em 1905. Este optara pela submissão de sucessivas zonas circulares a partir do litoral; Coutinho mandou estabelecer três linhas de penetração, a balizar com postos militares, ao longo dos rios Mecuburi, Monapo, Mogincual e Meluli e na Macuana ao longo do histórico caminho das caravanas do Lago

²⁵. Ibidem.

²⁶. Relatório de Inspeção Ordinária do Conselho de Ribáuè, 1970, p.3, Caixa n°88, AHM, Maputo.

Niassa"²⁷.

Massano de Amorim foi o Governador do Distrito entre 1906 e 1910. Vai ser efectivamente com este governador que os planos de Azevedo Coutinho serão executados.

Em 1906 começa o avanço em 3 eixos:

1° Norte- Itoculo- Rainha -Imala;

2° Sul- Mogincual- Luipo- Corrane- Nampula

3° Centro- Jagaia- Meconta- Otitane.

O segundo eixo de penetração é aquele cujo prolongamento leva a ocupação do Distrito de Malema. Este avanço foi comandada pelo Major Neutel de Abreu.

"Neutel depois de fundar o posto de Corrane, na sequência do pacto firmado com Mucapera, em 1907 atingiu as terras de Nampula onde em Outubro fundou o primeiro posto militar que passou a ser Capitania- Mor da Macuana que até então se achava em Itoculo. A partir de Nampula Neutel de Abreu abriu os postos militares de Chinga, Ribáuè, Murrupula e mais tarde em Malema"²⁸. Em 1912, "o capitão-mor de Macuana (Nampula), estendeu a sua penetração até Ribaué e criou o Posto de Malema"²⁹.

Há relatos de "prospecções de vários engenheiros britânicos da Memba Mineral, Ltd, no interior (do Mossuril a

²⁷. Lobato, Alexandre, "Sobre as Causas da Ocupação Tardia do Norte de Moçambique- Num Relance pela História de Moçambique", In: Monumenta, n°7, Lourenço Marques, 1971,p.19.

²⁸. Castro, Francisco Manuel de, Major Neutel de Abreu. O Maior Vulto da Nossa Ocupação no Norte de Moçambique, Lourenço Marques, 1941, p.11.

²⁹ Relatório de Inspeção Ordinária do Conselho de Ribaué, 1970, p.3, Caixa n°88, AHM, Maputo.

Malema), em 1910"³⁰. Estes engenheiros descobriram que, de facto, a presença portuguesa era bastante fraca e que a região estava praticamente ainda nas mãos do "indígenas".

Como afirmamos acima, em 1913 foi fundado o Posto de Mutuáli pelo estado, substituindo a companhia do Lugela.

A portaria n°839-E de 25/6/1914, criou a Capitania-mor de Malema, com a sede em Malema³¹. Malema foi posto britânico em 1918. Nesta guerra os alemães apoderaram-se de Malema através de uma operação dirigida pelo alferes Scherbening, que "depois de actuar no Sul de Metarica via Mitande e Maúa, em seguida atravessou o Lúrio ou seja, deixou os Territórios da Companhia do Niassa e avançou pelo distrito de Moçambique à sua vontade, subindo o Malema... Continuou a cortar a manteiga portuguesa e apoderou-se do posto de Malema (Entre-Rios) a 10 de Fevereiro de 1918"³².

O grosso das tropas passou em Maio-Julho de 1918 e depois há apenas uma transição de regime britânico para o português em fins de 1918 ou início de 1919.

Há relatos segundo os quais os alemães se teriam beneficiado de um certo apoio da população nativa, pois, libertavam-na provisoriamente, das extorsões do contrato (trabalho migratório) e o trabalho forçado nos postos. A população julgava que estava sendo "libertada" de trabalhos

³⁰ Pellissier, René, História de Moçambique, Vol.I, Lisboa, 1987, p.305/6.

³¹ Relatório de Inspeção Ordinária do Conselho de Ribaué, 1970, p.3, Caixa n°88, AHM, Maputo.

³² Pellissier, René, História de Moçambique, Vol.I, Lisboa, 1987, p.423.

forçados nas plantações de São Tomé.

Depois da saída dos britânicos e alemães, a reocupação portuguesa processou-se, em 1919, a reinstalação da administração colonial, que passou de militar para civil em 1921³³.

Em 1933 é extinto o Posto de Mutuáli e no ano seguinte, a circunscrição de Malema é também extinta, tendo sido integrada na circunscrição de Ribaué³⁴, como medida de poupar custos de administração.

1942 Malema é de novo elevado à categoria de Circunscrição³⁵.

Em 1945 foi ressuscitado o Posto de Mutuáli³⁶.

Em 1975, a Circunscrição de Malema passa a ser um distrito³⁷ com a sede do mesmo nome.

Em resumo pode-se dizer a colonização do distrito de Malema se fez em duas direcções: a primeira que foi via Quelimane, que esteve mais virada para o posto de Mutuáli e a outra que foi via Ribáuè. Em 1912, foi criado o Posto de Malema, no ano seguinte foi fundado o Posto de Mutuáli pelo estado, substituindo a companhia que ali estava estacionada. A seguir vamos mostrar que depois da ocupação militar, seguiu a ocupação colonial portuguesa que concentrou a sua economia nas culturas de algodão e tabaco.

³³. Ivala, Adelino Zacariás, op. cit, p.66.

³⁴ Branquinho, José A.G.M, op. cit, p.132.

³⁵. Boletim Oficial (BO), 49, 1942, p.826.

³⁶. B.O. 41, 1945, p.407.

³⁷. BO n°45, 1975, p.242.

3.3. ECONOMIA COLONIAL

3.3.1. Agricultura

O distrito de Malema é um dos grandes produtores de tabaco, algodão, cebola, milho, mapira e outros cereais.

Analisando concretamente os produtos essencialmente para a comercialização (algodão e tabaco), conclue-se que tiveram um papel muito importante na economia colonial e da população nativa.

O algodão começa a ser produzido em Malema-Sede por colonos portugueses que empregavam essencialmente a mão de obra local nas suas plantações, nos anos 1920-30. Em 28/7/1926, pelo Decreto n° 11994 "promoveu-se, à semelhança de outros países, o fomento da cultura do algodão nas colónias portuguesas, mediante o estabelecimento de zonas de acção das fábricas, a cujos concessionários se deixava o direito exclusivo da compra e da industrialização do algodão dos indígenas"³⁸.

Este regime de zonas de influência, estabelecia entre outras coisas que a produção do algodão confia-se em especial a agricultura dos "indígenas".

O primeiro branco que produzia algodão chamava-se Casiel. Apareceu mais tarde um outro de nome Carlos Ruzete Lopes³⁹.

Esses foram os primeiros que deram passos para a produção do algodão. O algodão foi introduzido em Malema,

³⁸. Bravo, Nelson Saraiva, A Cultura algodoeira na Economia do Norte de Moçambique, Lisboa, 1963, p.61.

³⁹. E.I. Malowa, Marcos, Malema, 16/11/95.

Ribáuè, Lalaua e Mutuáli nos anos 1920-30, período em que, de facto, as colónias foram postas ao serviço das necessidades de acumulação da burguesia portuguesa, introduzindo algumas culturas obrigatórias, onde além do algodão, encontramos o tabaco e o arroz.

Contudo, apareceu um outro colono branco, conhecido por "Mukuntchene" com um amigo de nome Chico Francisco Morgado da Fonseca. Este último fez estudos da terra para ver se dava para produzir tabaco.

Ele descobriu que, de facto, a terra era também boa para a produção de tabaco. Assim passou a ser produzido o algodão e tabaco ao mesmo tempo.

Não há indicações concretas do que terá acontecido em termos de mão de obra. Mas é provável que tenha havido necessidade de regular e racionalizar a utilização da mão de obra local nas plantações, "regionalizando" a produção desses produtos ao nível do distrito, pois, eram bastante importantes para a economia colonial.

Um dos grandes produtores de tabaco, o "Chico Francisco", a quem já nos referimos anteriormente, "foi para Lourenço Marques falar com o Governador. De lá surgiu uma ordem que decidiu que todas as pessoas de Malema-Sede deviam deixar de produzir algodão, para produzirem tabaco, enquanto a população do Posto de Mutuáli passaria a produzir o algodão"⁴⁰. A data é incerta, talvez foi nos anos 50 que esta medida surgiu.

Com a regionalização da produção de algodão e tabaco,

⁴⁰. E.I. Malowa, Marcos, Malema, 16/11/95.

não se pretendia vedar a produtores singulares a produzirem produto que estava fora da sua zona. Limitava mais a actividade dos proprietários das concessões de algodão e tabaco.

Em 1945 a JEA (Junta de Exportação de Algodão) e CICA (Centro de Investigação Científica Algodoeira) tinham um posto em Mutuáli..⁴¹. Uma fonte oral confirma que foi montada a estação experimental, "no local onde foi gasto muito dinheiro com as instalações destinadas à sede da CICA"⁴². Há também indicações de que as referidas instalações não chegaram a ser utilizadas para o fim a que foram preconizadas e até hoje não foram concluídas.

Quase no mesmo período foi montada em Mutuáli a Missão de Combate às Tripanossomias. Dava assistência médica aos animais, sobretudo ao gado bovino do João Ferreira dos Santos que tinha um posto experimental de criação na zona de Mevova (Mutuáli).

As primeiras plantações de algodão estavam na região de Namele (Francisco da Fonseca Morgado), Mutuáli (Manuel C. Carriço e Sociedade Algodoeira do Niassa, Lda), Nacata (Diogo Augusto C. Ferrão e Sebastião da Silva Dias), Mutacatine (Manuel da Silva Couto. As Plantações de tabaco encontravam-se Murarelo (Morgado & Morgado, Lda.) e Malema-Sede (Grémio dos Produtores de Tabaco do Norte de Moçambique)⁴³.

Nas plantações trabalhavam mulheres solteiras e homens

⁴¹. Bravo, Nelson Saraiva, op. cit. p.123.

⁴².E.I. Malowa, Marcos, Malema, 16/11/95.

⁴³. Anuário de Lourenço Marques, 1972/3, p.1699.

contratados ejiparo (chibalo)⁴⁴. Este últimos eram recrutados por um período mínimo de 3 meses, findos os quais voltavam e recebiam o seu dinheiro.

No início, o dinheiro era pago pelos próprios proprietários das plantações. Parece que começaram a surgir muitas reclamações dos contratados a administração, pois, havia alguns proprietários de plantações que não honravam os seus compromissos, não pagando ou pagando valores inferiores aos combinados.

Assim, a administração tomou uma medida para travar essa situação. Decidiu que "todos os proprietários de plantações deviam entregar os salários dos contratados à administração, para que no fim dos contratos, os contratados recebessem na presença de um elemento da administração"⁴⁵.

Esta medida veio, de facto, a disciplinar a actuação dos proprietários das plantações. Infelizmente não pude obter o ano em que foi publicada, mas é provável que a medida era baseado no Regulamento do Trabalho Indígena (RTI), de Dezembro de 1930.

Também em relação aos faltosos muitas vezes eram aplicadas medidas muito duras. Além do aumento do tempo do trabalho do contrato "eram batidos com palmatória e metidos nos calabouços (cadeia). Eram eles que buscavam água para os brancos que ficavam aqui. Alguns ficavam 2 meses e voltavam as plantações, como se não tivesse começado a cumprir o

⁴⁴. cf. Shona, Chibaro, de Chibalo.

⁴⁵. E.I. Malowa, Marcos, Malema, 16/11/95.

período de contrato"⁴⁶.

Em 1960 a média da produção por hectare era de 702 kgs⁴⁷ (Cf. Quadro 3).

O Decreto n° 43639, de 1961, "conferia plena liberdade aos autoctones para cultivarem ou não o algodão"⁴⁸. Assim, os agricultores nativos passavam a cultivar sem a obrigação que era normal no período anterior. No mesmo ano foi criado o IAM (Instituto de Algodão de Moçambique) que passou a controlar o fomento e a comercialização deste produto.

3.3.2. Transportes e Comércio

A carestia de transporte foi uma das grandes dificuldades que os primeiros proprietários de plantações de algodão e tabaco tiveram, pois, até 1939 a linha férrea não tinha chegado a sede do distrito, como veremos seguidamente. Por isso, há fontes que acreditam que "ligado à construção do caminho de ferro está o interessante estabelecimento de pequenos colonos na área de Malema, cujas as terras férteis e a sua boa altitude, permitem a fixação de numerosos núcleos com todas as probabilidades de sucesso"⁴⁹. Sem querermos avançar nesta problemática, acreditamos que houve também outros motivos da construção do caminho de ferro nesta região, como o problema da ligação com o hinterland, o desenvolvimento do comércio com o Malawi, etc..

Tendo sido aparentemente abandonados os planos de

⁴⁶. E.I. Malowa, Marcos, Malema, 16/11/95.

⁴⁷. Bravo, Nelson Saraiva, op. cit. p.127.

⁴⁸. Bravo, Nelson Saraiva, op. cit. p.300.

⁴⁹. Anuário de Lourenço Marques, 1932, p.1652.

Estadística relativa à produção de algodão-carão de mungens
na circunscrição de Malema

QUADRO 3

Anos	Algodão-carão (toneladas)	Importâncias pagas (contos)	Número de produtores	Médias	
				Quilos por hectare	Escudos por produtor
1940					
1941					
1942	Pertencia à circunscrição de Ribauê				
1943	330	383	3 362	193	113
1944	267	307	3 351	303	91
1945	235	262	4 852	39	54
1946	358	405	5 723	220	70
1947	339	522	5 175	175	101
1948	217	331	4 489	125	73
1949	287	530	2 683	194	197
1950	290	531	2 677	333	198
1951	430	1 055	2 469	248	427
1952	602	1 488	2 476	441	601
1953	326	794	2 474	265	320
1954	368	890	2 300	331	386
1955	318	766	2 307	255	332
1956	124	321	2 418	91	132
1957	435	1 154	2 493	317	462
1958	282	749	2 611	193	286
1959	602	1 628	2 743	386	593
1960	843	2 343	2 796	702	838
1961	579	2 065	2 196	263	940

Fonte: Bravo, Nelson Saraiva, op. cit, p.155.

construir um caminho de ferro nos territórios da Companhia do Niassa, em 1912, por Decreto de 31 de Agosto do mesmo ano o "Governo autorizou a construir e explorar ou contratar a construção de um caminho de ferro partindo de uma das baías da costa de Moçambique para o Niassa Inglês"⁵⁰.

O início das obras foi no ano seguinte, começando por Lumbo. Teve vários problemas, porque no ano seguinte começa a I Guerra Mundial. Obrigou a várias paralisações até em 1922. Em 1930, atingiu Nampula e dois anos depois Nova Chaves, "quando recebeu a visita do Ministro das Colónias, Dr. Armando Monteiro, que se fazia acompanhar do Governador-Geral, coronel José Cabral e o Governador do distrito de Moçambique, coronel Casqueiro"⁵¹.

Durante a referida visita foi dado um informe dos trabalhos. O engenheiro Ferreira da Silva informou aos visitantes que do balanço feito até ali, o custo da construção da linha não iria para além de 9 contos-oiro por quilómetro. Trabalhavam então 1300 trabalhadores nativos no assentamento da linha que estava sendo construída numa média de 8 quilómetros por mês⁵².

Na mesma altura o engenheiro Ferreira destacou o valioso contributo dos nativos que trabalhavam na construção da linha férrea.

As informações orais testemunham também de que

⁵⁰. Lima, Alfredo Pereira de, História dos Caminhos de Ferro de Moçambique, vol.2, Lourenço Marques, 1971, p.255.

⁵¹. Lima, Alfredo Pereira de, op. cit, p.275.

⁵². Lima, Alfredo Pereira de, op. cit, p.275.

construção da linha férrea trabalhava sobretudo mão de obra local dirigida por capatazes brancos. Os instrumentos utilizados para a construção da linha férrea eram muito simples: pá, picareta enxada, etc.. Não havia máquinas modernas como actualmente, e a construção de 8kms/mês espelha o quão o trabalho era árduo.

No que toca a violência na construção da linha, diz-se que muitas vezes quem maltratava eram os régulos ou entre os indígenas que trabalhavam na construção da linha. "Bastava você ter problemas com um dos seus colegas ou se for desconfiado de ter cometido adultério para ser metido no aterro"⁵³.

Em 1934 a linha atinge Ribáuê e em 1939 chega Malema, "onde se construiu apenas a estação à qual deu o nome de Entre-Rios, que veio a ser também o nome da povoação que crescia à sua volta"⁵⁴.

Mutuáli foi alcançado em 1941 e, prosseguindo sempre além, Nova Freixo (Cuamba) foi alcançada em Junho de 1950. No dia 30 de Junho do mesmo ano foi inaugurado o troço Lúrio-Cuamba⁵⁵.

Em relação a rede rodoviária, dizer que a estrada nacional n.º 8 atingiu Malema e o Posto Administrativo de Mutuáli entre os anos 1926 e 1932. Houve muita violência contra a população na construção desta estrada.

Esta violência surge depois de em 1926, ter sido

⁵³. E.I. Malowa, Marcos, Malema, 16/11/95.

⁵⁴. Lima, Alfredo Pereira de, op. cit, p.275.

⁵⁵. Lima, Alfredo Pereira de, op. cit, p.275.

publicada uma portaria provincial que "proibia a prestação de 7 dias de serviço gratuito nas estradas, visto ter sido criado um fundo especial designado 'Fundo das Estradas', por onde devem ser pagas todas as despesas que se relacionem com os mesmos serviços"⁵⁶. Portanto, era uma violação daquilo que estava regulamentado na referida portaria.

Paralelamente estavam a surgir as primeiras lojas. Eram muito poucas e serviam quase para toda a região (anos 20/30).

A primeira loja pertenceu a Chico Francisco Morgado da Fonseca (o mesmo que tinha plantações de tabaco). As pessoas vinham de Marrupã, Nawela, Namecuna, Malaia, Cunvare e Inharrucué para fazerem compras ou comercializarem seus produtos. Compravam açúcar, sabão, capulanas, enxadas e outros produtos. Vendiam nessa loja produtos tais como: milho, mapira, feijões, mexoeira e outros.

Nos Anuário de Lourenço Marques e de Moçambique (de 1932 a 1972/3) encontram-se os nomes de alguns comerciantes da época, como: Artur Ramos Guerreiro, Eduardo Ribas Costa Silva de Sá, Habib Naggy & C^a, José Luís, Mahomed Hussen Rahentula, António C.C. Coelho e Artur R. Brás (Mutuáli); Augusto Viela, Omar Valymahamed & C^a, Albino Nunes, Eduardo Ribas Costa Silva de Sá, Júlio Jorge Souchet, Mahomed Hussen Rahentula e Viriato António da Silva (Malema); Morgado & Morgado (Muralelo), etc...

Com o dinheiro recebido na comercialização a população pagava imposto (mussôco) além de adquirir produtos da sua

⁵⁶. Pimentel, Francisco Alexandre Lobo, Relatório: Usos e Costumes indígenas: Posto Administrativo de Chinga, Vol.I, 1927, p.81.

necessidade.

3.3.4. Táticas de sobrevivência no tempo colonial

Depois da terceira ocupação efectiva em 1919, começa um período bastante difícil para a população de Malema: as violências corporais e o trabalho forçado. Tudo indica que no distrito, muito particularmente na região de Mutuáli, o pagamento de imposto e do trabalho forçado tinha iniciado com a Empresa de Lugela que se retirou só em 1913. Com a ocupação do governo colonial da região, a trabalho forçado, o pagamento de imposto e a violência continuaram, pois, há relatos segundo os quais em 1918 quando os alemães ocuparam Malema teriam-se beneficiado de um certo apoio da população nativa, achando que desta forma seria, libertado provisoriamente, das extorsões do contrato. Portanto, achava que esta era uma boa tática para se libertar dos trabalhos forçados nas plantações.

Houve resistência da população à cultura do algodão e do tabaco que "assumiu várias formas: emigração, o subcultivo deliberado ou a recusa de fazer/ou destruição das sementes"⁵⁷.

Houve mesmo emigração de famílias inteiras para os países vizinhos. Esta foi uma tática de sobrevivência da população, porque permitia que ela vivesse fora das culturas forçadas. Sem pretendemos esgotar as causas da resistência da cultura forçada do algodão, podemos destacar as seguintes:

⁵⁷. Medeiros, Eduardo, Sistema linhangeiro Macua-Lomué, Maputo, UEM, 1985, p.11.

-o algodão exige maior tempo de trabalho e seu ciclo coincide quase exactamente com o de dois principais grupos de culturas alimentares: cereais e leguminosas;

-actuação brutal dos sipaios e capatazes;

-falta de conhecimento técnicos, de dados sobre o tipo de solos, as variações de temperatura ou doença⁵⁸ e do baixo nível tecnológico fazia com que os rendimentos por hectare fossem baixos;

-roubo do pessoal das companhias concessionárias na pesagem do algodão aliado aos preços baixos. Em 1940 o produtor médio recebia pouco mais de 1 dólar pela colheita inteira. Em algumas das regiões mais marginais, o rendimento por um trabalho anual era inferior a 25 centimos⁵⁹;

Em consequência das culturas forçadas, no norte de Moçambique, "houve uma redução drástica de géneros alimentares o que conduziu o campesinato ao limiar da subsistência e provocou enormes epidemias e fomes"⁶⁰.

Algodão se tornava cultura privilegiada, com direito aos melhores terrenos. Assim, as culturas dos cereais foram sendo relegadas para o segundo plano. É daí que surgem as epidemias e grandes fomes. Vendo a gravidade da situação, em 1946 o governo colonial decretou uma lei que estipulava a obrigação das concessionárias zelarem também pelas produções

⁵⁸. Isaacman, Allen, "Camponeses, trabalho e processo de trabalho: o cultivo forçado de algodão em Moçambique colonial (1938-1961): In: Moçambique: 16 anos de Historiografia, vol.I, Maputo, 1991, p.202.

⁵⁹. Isaacman, Allen, op.cit, p.205.

⁶⁰. Ibidem.

alimentares⁶¹.

É claro que esta lei não será cumprida na íntegra, porque as concessionárias estavam interessadas na produção do algodão e menos na alimentação da população. Daí que vão incentivar a cultura e o consumo da mandioca, pois é uma cultura que não precisa de muitos cuidados e é resistente à seca.

Em resultado disso, houve uma redução do número da população em algumas zonas do distrito, como por exemplo no Posto de Mutuáli "tinha 20.000 pessoas e hoje [1969?] tem apenas 8.175 almas"⁶².

O relatório de Pinto Correia descreve a situação de fuga da população de bastante catastrófica. No referido relatório, ele diz que "se perguntar-nos pelas causas, responderemos com a inaptidão, a cegueira, a brutalidade destes e daqueles funcionários que têm por aqui passado. E não há quem se não refira ao erro tremendo que foi impor naquela zona de especiais os remissos de imposto. Esta fórmula, que até no Mossuril produz efeitos desastrosos, ... aqui, à beira da Niassalândia, foi uma das causas determinantes daquela imensa debandada"⁶³.

A fuga da população era uma forma das populações viverem livres do trabalho gratuito, da cultura forçada do algodão e

⁶¹. Medeiros, Eduardo, op. cit. p.11.

⁶² Branquinho, José A.G.M, op. cit, p.130.

⁶³. Correia, Capitão Armando Eduardo Pinto, Relatório da Inspeção Ordinária às Circunscrições do Distrito de Moçambique, 1936-1937, Província do Niassa, Inspeção dos Serviços Administrativos e dos Negócios Indígenas, Vol.II, L.Marques, p.112, (AHM, Caixa nº76).

tabaco, a cobrança de imposto e esta questão de independência. É verdade ao se tratar da fuga da população neste último período, é preciso ter em conta que o sistema colonial português tinha abrandado a sua violência. Neste momento os motivos das fugas continuam ainda com algumas lacunas. Portanto, consideramos um assunto por ser investigado.

Em relação aos impostos, neste período (1936-1937) em Malema se exigia 90\$00 de cada homem e quantia igual às mulheres solteiras⁶⁴. Esses valores eram superiores em relação as capacidades da população em adquirir dinheiro.

As informações colhidas dos entrevistados confirmam que nas "plantações trabalhavam mulheres solteiras. Elas eram recrutadas pelos régulos. Recebiam 2, 2\$50 ou 5\$00"⁶⁵. Talvez parte deste dinheiro era para o pagamento de imposto e para a compra de outros produtos de sua necessidade.

Além das mulheres havia também homens que trabalhavam na base de contrato, como afirmamos anteriormente, através do conhecido por *chibalo*. Eles eram recrutados por um período mínimo de 3 meses, findos os quais voltavam e recebiam o seu dinheiro.

As fugas e emigração da população continuaram até ao período da Luta de Libertação Nacional. Contudo estas fugas tinham também outras causas e motivações:

"Propaganda das ideias (...) da libertação do jugo do branco espalhada e insuflada na Niassalândia, nos anos que

⁶⁴. Correia, Capitão Armando E. Pinto, op. cit. p.113.

⁶⁵. E.I. Malowa, Marcos, Malema, 16/11/95.

antecederam a independência [1964] desta, atingiram e encontraram eco em certas minorias (?) ou certos sectores de Malema-Mutuáli, não só por causa dos laços familiares e clânicos..., mas também pelo trânsito de nativos de e para nosso território em reciprocidade de visitas ou em viagens de contrabandistas"⁶⁶.

A educação foi uma forma de aumentar as chances de sobrevivência da população, bem como uma fonte de insurgência contra o poder colonial que neste distrito envolveu até alguns chefes "tradicionais". Segundo alguns relatos, "os regedores Muimela, Matola e Avarra estudavam na Missão Católica de Mutuáli e o regedor Macalia na Missão Protestante de Nawela (Alto-Molocue). Qualquer destes meios Mutuáli e Missão de Nawela, são classificados de altamente subversivos, em especial o primeiro, onde tem aparecido os mais perigosos elementos contrários à administração portuguesa"⁶⁷.

Em consequência disso, "foram detidos o regedor Cunvarre, chefes de grupo de Namuiche, Muhoco e Mevova e os chefes de povoações de Mepuhua e Máquina, todos da regedoria Cunvare, o Pastor Simão Campos e 17 nativos, entre eles o Pissueque Uaite, classificado como o motor da subversão na área de Mutuáli, durante os anos 1965 e 1966"⁶⁸.

O regedor Cunvarre, pertencia ao clã Milima, e quando foi preso ficou como encarregado da regedoria o chefe Mucama, do clã Lapone, descendente do antigo régulo Térrué,

⁶⁶ Branquinho, José A.G.M, op. cit, p.132.

⁶⁷. Branquinho, José A.G.M, op. cit, p.125.

⁶⁸. Branquinho, José A.G.M, op. cit, p.129.

tido como grande amigo dos Portugueses, e que era filho do primeiro régulo Cunvarre.

A reestruturação da economia camponesa trouxe outras mudanças.

Com a prática das culturas de algodão e do tabaco, também surgiram em Malema importantes empresas agrícolas propriedades de colonos portugueses. Tais, são o caso de João Ferreira dos Santos e o Grémio de Malema (mais tarde Empresa de Tabacos). Surgiram também pequenas indústrias de processamento das matérias primas tais como: de algodão em Mutuáli e de tabaco em Malema-Sede. Era aqui onde muita gente trabalhava para ter algum dinheiro para a compra dos seus produtos essenciais. A população nativa passou a cultivar essas culturas e passou a integrar-se na produção para o mercado. Até hoje que estas culturas estão assumindo um papel importante na economia local. A população passou também a ser utilizada como mão de obra local na economia colonial.

Apesar da resistência à cultura forçada do algodão e tabaco, parece-nos que vai ser com a introdução dessas culturas que se verifica a melhoria da comunicação. Foram construídas algumas estradas, pontes e mercados para a comercialização dos produtos dos camponeses. Também existem alguns agricultores nativos que conseguiram atingir uma certa prosperidade com a cultura de algodão e tabaco.

IV. ASPECTOS GERAIS DA GUERRA

4.1. Condições antes do início da guerra (1975 e 1983).

A situação económica e social do período de 1975 a 1983, pode ser caracterizado pelo certo descontentamento da população em relação:

- a) às aldeias comunais;
- b) ao banimento das práticas religiosas, tal como o culto dos antepassados;
- c) à substituição dos Mwene por Grupos Dinamizadores.

A integração da população em aldeias comunais, em alguns casos foi aceite sem grandes problemas já no início da guerra. Mas substituição dos chefes "tradicionais" por Grupos Dinamizadores tinha trazido provavelmente maiores problemas. Ao nível da base, bem como aos outros níveis, o poder estava com pessoas que geralmente não eram da região e que não gozavam de nenhuma legitimidade. O desconhecimento da realidade sócio-cultural, fazia com que as mais elementares regras fossem postas de lado.

Também é preciso ter em conta que não são todas as pessoas que vão estar descontentes com a situação. A maioria dos descontentes eram os chamados "chefes tradicionais", alguns jovens e pessoas que foram vítimas de aldeias comunais. Isto faz-nos concordar com aquilo que Geffray chamou de "categorias sensíveis", que esquematizou da seguinte forma:

- 1° As populações deslocadas no caso de processo de criação forçada de aldeias;
- 2° uma fracção da juventude;

3ª. às categorias sociais dominantes da estrutura política tradicional.

Apesar das respostas obtidas serem de certo modo vagas e difusas, testemunham que houve causas internas e externas da guerra em Moçambique.

"..No tempo colonial, havia os Mwene que dirigiam as suas terras, mas depois da independência, foram proibidos de exercer a suas actividades. Só existiam os secretários. Aquilo admirava-nos muito. Enquanto existia o Mwene da zona, vinha uma pessoa de outra região para mandar-nos. Aquilo nos doía muito"⁶⁹.

Nesta afirmação, está clara a contradição entre GD's e alguns chefes "tradicionais".

Esta contradição entre as novas autoridades e com as antigas fez com que alguns desses últimos fossem em muitos casos favoráveis à Renamo.

A construção de aldeias em muitas zonas é feita com o início da guerra. Exemplo disso, são as aldeias comunais de Coroma e de Namipaua, em Mutuáli, que foram construídas entre 1983/4. Muitas pessoas foram levadas compulsivamente para as referidas aldeias comunais. De certa forma, esta atitude do governo veio aumentar o descontentamento da população. Este descontentamento confirmamos também através de uma conversa informal com um outro informante, que nos disse que estava muito desapontado, porque na área onde ele mora (Bairro de Mulicana, em Mutuáli), tinha cajueiros que foram destroncados para construírem a aldeia.

⁶⁹. E.I. Mwene Jaime Gabriel, Mutuáli-Malema, 14/7/94.

Houve também jovens que ficaram desapontados porque as suas condições estavam ficando deterioradas. A partir do 1980 começou a haver dificuldades de afectação dos alunos que concluíam o ensino primário ou que concluíam o ciclo preparatório na Escola Secundária de Mutáli-Malema. Havia poucas escolas para a continuação de estudos. Só a Escola Secundária de Ilha de Moçambique, a de Nampula ou de Angoche. Às vezes só eram afectados 30 dos 100 ou mais finalistas. Muitos alunos viram a sua carreira interrompida, ficando a vaguear sem nenhuma ocupação.

Em relação às aldeias comunais a situação era a seguinte: mesmo depois das pessoas terem aceite viver lá, começaram a deparar com outros problemas: falta de água, dificuldades de aquisição de material de construção, feitiçaria, disputa de terras férteis, adultério e outros males. Isto faz-nos concordar com a análise do Adam, sobre os problemas de aldeias comunais.

Existem outras questões sócio-culturais que marcaram um certo decontentamento, como o caso dos ritos de iniciação, como ilustra um mwene a quem pudemos entrevistar:

"Naqueles tempos, os mwene tinham cabanas de onde partiam as crianças para a iniciação..mas tudo isso foi proibido depois da independência"⁷⁰.

A análise das observações dos entrevistados confirma a conclusão de Geffray segundo a qual as aldeias comunais que teriam sido concebidas inicialmente para organizar e enquadrar as populações, de favorecer a auto-defesa e cortar

⁷⁰. E.I. Gabriel, Jaime, Mutuáli-Malema, 14/7/94.

o abastecimento à Renamo, contribuíram de certa forma para a criação de um meio social instável, fértil à expansão das actividades de guerrilha. Contudo a mesma conclusão deve ser associada a outros sinais de crise, como a escassez de alguns produtos essenciais para a população (sabão, açúcar, óleo, capulanas..), instrumentos de trabalho (enxadas, machados, catanas..), pois, neste período isso era uma realidade diária. Começam a se registar enormes bichas para adquirir esses produtos. A escassez destes produtos também foi acompanhada de uma redução da rede comercial do distrito. A população começa a não aceitar a moeda como valor de troca. Tudo passou a ser feito na base de troca de produtos. Foi uma crise que se agravou até ano em que iniciou a guerra da Renamo.

Esta crise levou que as populações procurassem outras alternativas e que considerassem o modelo adoptado pela governo vigente não era ideal.

Contudo, há que realçar que este período registaram-se algumas melhorias na saúde e na educação.

4.2 Início da guerra

O início da guerra no distrito de Malema foi mais tardio que em algumas zonas do centro do país. Segundo informações obtidas dos entrevistados, em princípios de 1982 teria sido preso um indivíduo da Renamo que fazia o reconhecimento da zona. Nesta altura nada indicava que aquilo fosse um assunto a ser levado a sério. Este indivíduo cuja a identidade não nos foi revelada, teria dito que fazia parte de um numeroso grupo de homens que estava espalhado por todo o país com o

objectivo de preparar a guerra. Teria dito inclusivamente que mesmo que o matassem, não resolver-se-ia nada, pois, eram muitos. O referido indivíduo foi levado para Nampula e de lá nada se sabe o que se terá feito com ele, mas provavelmente teria sido executado.

O primeiro ataque registou-se no Posto de Mutuáli em 01/8/83. Este ataque foi protagonizado por elementos da Renamo que vinham da província de Zambézia. Foi queimado o edifício onde funcionava o Posto Administrativo, foi saqueada loja do comerciante António, foram pilhados vários bens pertencentes a outras pessoas e ao Projecto FO-10 em Mutuáli e outras pessoas.

Os anos seguintes foram de grande apreensão em todo o Distrito. Sempre se dizia que iam atacar a sede, mas só em 1987 isso chegou a concretizar-se.

Uma das razões que fazia com que a Renamo não fizesse ataques era que a 7ª Brigada de Cuamba era muito temida e a qualquer momento socorria ao distrito e depois estar ali estacionada a força malawiana em 1987/8 que protegia todo o Corredor de Nacala.

O segundo ataque registou-se na Localidade de Muralelo, ao sul de Malema (ver o mapa). Um testemunha ocular fez o seguinte comentário:

"As nove horas do dia 5 de Março de 1985, fui cercado dentro duma Igreja. Se conseguí escapar foi graças a Deus"⁷¹.

Em 27/2/87, regista-se então o primeiro ataque a Sede do

⁷¹. E.I. Malowa, Marcos, Malema, 16/11/95.



Distrito. A Renamo ocupou a vila durante 3 dias. Eles chegaram num sábado e só saíram na segunda-feira.

No domingo chegou o comboio que vinha de Nampula, escoltado pela 7ª Brigada. Quando estava para entrar na estação de Malema, recebeu informações de que a vila estava ocupada pela Renamo. Então os soldados que vinham no comboio desceram e foram em direcção à vila. Deixaram a população civil no comboio. Quando estavam a chegar à vila, os guerrilheiros da Renamo fizeram-se de trabalhadores dos Caminhos de Ferro que estavam para receber o comboio. Apercebendo-se da situação um dos comandantes dos soldados do governo ordenou fogo. Infelizmente o referido comandante foi imediatamente abatido. Os outros comandantes dos soldados do governo, descobriram tudo. Começou então o combate que só terminou a madrugada da segunda-feira, quando a Renamo se retirou. Durante este ataque foi destruída a Talho que fica perto da Administração; muitas pessoas foram raptadas e lojas saqueadas.

O segundo ataque da Sede de Malema, verificou-se em 11/11/87. Houve um terceiro ataque à sede do Distrito em 1988, cuja data não foi possível obter. Este ataque foi o último que se verificou na sede do distrito.

Segundo testemunhas oculares, o primeiro ataque à Sede de Malema, foi protagonizado por elementos da Renamo que vinham da Província da Zambézia, muito concretamente da base de Nawela. Eles atravessaram Muralelo e cercaram a Vila. No segundo, vinham de duas bases ao sul: Canhunha e Nawela. No terceiro, vinham da base de Namíbia (oeste).

A principal estratégia utilizada pelos homens da Renamo para se infiltrarem na vila ou nas aldeias foi de se fazer passar por forças de patrulha e de defesa sob capa de pertencerem ao governo. Esta estratégia foi aplicada para atacar pela primeira vez o Posto de Mutuáli em 1983, bem como para atacar a sede do distrito em 27/2/87.

Ainda em relação às formas de ataque que eram feitos pela Renamo, um ex-comandante dos milicianos, que assistiu quase todos os ataques da Renamo, disse:

"Quando eles vinham, disparavam armas e nós também respondíamos. Se não conseguíssemos, fugíamos. Quando eles ficavam, faziam os seus trabalhos de destruir casas e voltavam para as suas bases"⁷².

Esta afirmação mostra que os soldados do governo às vezes deixavam a população indefesa. Pensamos que esta foi uma das causas do surgimento dos "naparama" e o aparente prestígio de que estes gozavam, sobretudo nos últimos anos da guerra. Muitas vezes os "naparama" recuperavam população raptada, bem com parte dos seus bens que estavam nas mãos da Renamo. Esta actuação dos "naparama" fez com que gozassem de um grande prestígio e fossem respeitados.

Nada indicava a proveniência da Renamo a partir do Malawi, pelo menos nos primeiros anos da guerra. Os ataques da Renamo eram feitos na sua maioria a partir da Província da Zambézia.

A guerra termina praticamente com os Acordos de Paz de 1992. Contudo muito antes, em algumas zonas do distrito já se

⁷². E.I. Muikho, Estevão, Mutuáli-Malema, 15/7/94.

conhecia uma relativa paz.

Nas suas incursões, os guerrilheiros da Renamo tinham como alvos principais além da linha férrea, as aldeias comunais, empresas estatais, estes dois últimos considerados "os símbolos do comunismo que era preciso combater em Moçambique"⁷³.

A linha férrea era considerada o garante de sobrevivência económica da Província, como poderemos mostrar seguidamente, e Malema era importante por ser um dos grandes produtores de cereais. Assim, os ataques visavam, "subtrair uma importante fonte de receitas e de abastecimento de cereais"⁷⁴.

Conta-se que no período mais crítico da guerra (1986/89), o percurso Nampula-Cuamba era quase intransitável, uma viagem chegando a durar cerca de 30 dias devido a sabotagem da linha e dos ataques os comboios iam sofrendo. Outros alvos da Renamo eram as próprias infraestruturas. Os ataques resultaram na pilhagem de bens, morte e raptos de pessoas.

As zonas que ficaram sobre a influência da Renamo são: Namíbia, Canhunha (do régulo Malaia) e Mukwasula. Outras aldeias ficaram simplesmente desabitadas.

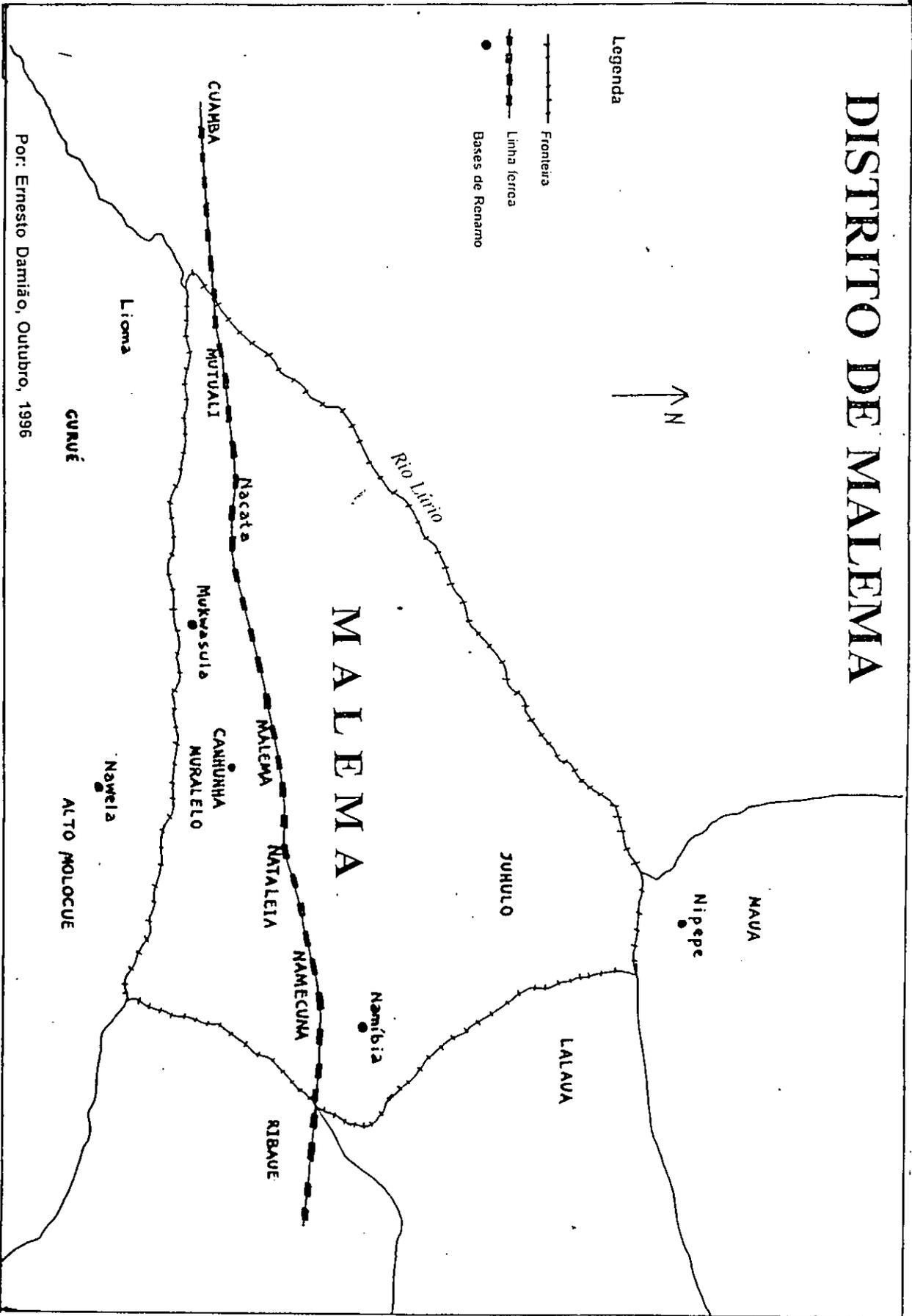
4.3. Principais bases da Renamo

No interior do distrito de Malema havia 3 bases: Namíbia, Canhunha e Mukwasula. Fora do distrito havia outras: Nawela (Zambézia) e Nipepe (Niassa). Houve alguns postos

⁷³. Malache, Adriano Manuel, op. cit, p.119.

⁷⁴. Idem.

DISTRITO DE MALEMA



Por: Ernesto Damião, Outubro, 1996

avançados da Renamo: Namisage e Nacata.

A base de Namíbia fica na localidade de Namecuna; Canhunha fica na localidade do mesmo nome, faz fronteira com os distritos da Província da Zambézia (Alto Molócuè e Gurué); Mukwasula fica na fronteira do Posto de Mutuáli e o Distrito de Gurué. Esta última base foi a primeira a ser fundada ao nível do distrito.

De 1986 a 1987 as movimentações eram de Nawela para Namíbia. Vai ser neste período que se começou a ouvir da base de Mukwasula. Esta base consolidou-se em 1990. Foi bastante importante para o abastecimento da Renamo, mas não era tão grande como a de Namíbia. Era uma espécie de etapa para o trânsito para a Namíbia.

Malema foi sempre um ponto de passagem dos guerrilheiros da Renamo da base de Nawela para as de Namíbia e Nipepe. Malema também era um ponto estratégico para a Renamo, porque ocupando este distrito, impedia o abastecimento da 7ª Brigada de Cuamba. A 7ª Brigada era muito temida pela Renamo e gozava de muita simpatia e prestígio junto da população da zona. Por outro lado, é preciso saber que Malema faz parte do Corredor de Nacala. A Renamo concentrou muita força em Nacata (entre Malema e Mutuáli), tornando a zona dificilmente transitável por via ferroviária bem como por via rodoviária quase até a assinatura dos Acordos de Paz em 1992.

A localização geográfica do distrito era estratégico para as duas partes beligerantes: para os soldados do governo, era necessário concentrar no Posto de Mutuáli uma força capaz de repelir qualquer tentativa de progressão dos

guerrilheiros da Renamo para Cuamba- onde estava estacionada uma das grandes forças do governo que protegia partes das províncias do Niassa, Zambézia e Nampula. Também do ponto de vista do governo era necessário concentrar uma força capaz para evitar que o corredor de Nacala ficasse paralisado e que não houvesse abastecimento em cereais a cidade de Nampula, já que o distrito de Malema é um dos grandes produtores. A presença dum aparato militar governamental muito forte, fez com que a sede não tivesse sofrido nenhum ataque desde 1988 até a assinatura dos acordos de paz em 1992.

Do lado da Renamo, a situação era quase idêntica, como se disse anteriormente, este era um ponto de passagem da Renamo das suas bases da Província da Zambézia para as províncias do Niassa e Cabo Delgado. Também no distrito de Malema os guerrilheiros da Renamo conseguiam obter géneros alimentares.

4.4 Relacionamento entre a população e os soldados

Nas respostas obtidas dos nossos informantes se notaram duas correntes sobre o relacionamento entre os soldados do governo e a população. Uns afirmam que era bom, como ilustram dois entrevistados:

"Existia um bom relacionamento entre nós. Nós tínhamos um estímulo, porque se não fosse a tropa, nós não existiríamos"⁷⁵.

"O relacionamento com a tropa da Frelimo, mesmo com a malawiana era bom. Os únicos com que não entendíamos, eram esses da Renamo que destruíam nossas casas, matavam nossos

⁷⁵. E.I. Cassaremo, Daniel, Mutuáli-Malema, 15/7/94.

familiares.."⁷⁶.

Contudo, alguns dizem que durante a guerra nem sempre houve bom relacionamento entre a população e os soldados do Governo

Muitas vezes os soldados recuperavam bens da população e não devolviam aos donos. Quando houvesse um ataque muitas vezes os soldados disparavam desordenadamente, provocando a fuga precipitada da população. Então quando eles ficavam, apoderavam-se dos bens da mesma.

Há informações segundo as quais alguns soldados do governo também participavam em actos de pilhagem de bens da população. É pena que este assunto tenha sido pouco explorado, talvez devido à sua própria delicadeza. Houve inclusivamente, um informante que se tinha prontificado a falar do roubo de suas galinhas mas, quando lhe disse que ia gravar a entrevista, recusou-se, alegando medo de represálias das pessoas que iria denunciar. Também houve denúncias de má actuação dos soldados do governo nos comboios e/ou em colunas de carros. Muitas vezes eles arrancavam bens da população nas colunas. Mesmo assim, não é um assunto que se pode considerar que teve proporções maiores, perigando a sobrevivência da população. Eram alguns soldados que cometiam essas irregularidades e não constantemente.

O relacionamento entre a população e os guerrilheiros da Renamo era em muitos casos de tensão, porque muitas vezes matavam pessoas, queimavam casas, roubavam bens da população.

Entre os soldados, também havia problemas de

⁷⁶. E.I. Manuel, Júlio, Mutuáli-Malema, 16/7/94.

relacionamento. Se um indivíduo fosse suspeito pelo podia ser mandado "arranjar lenha" ou "empurrar BTR⁷⁷". Os dois termos que significavam fuzilamento. Quando um indivíduo fosse mandado realizar tais "actividades", sabia-se que ia ser fuzilado. Estas práticas eram muito frequentes, sobretudo entre os soldados.

A conclusão que se pode tirar é de que houve muitos receios de se abordar esta questão, daí as respostas sejam de certa forma vagas e muito parciais. Foram poucos "ousados" que falaram do mau comportamento dos soldados do governo, preferindo empurrar tudo para o Renamo. Assim, julgamos que é um assunto ainda por ser investigado.

4.5. Origem dos recursos da guerra

Os recursos utilizados para a guerra pelos dois beligerantes eram, sobretudo, locais. A alimentação dos soldados era local, excepto para os soldados do governo, que era adquirida através do Ministério de Defesa Nacional.

Houve recrutamento local de jovens para a tropa. Além destes, havia os milicianos e os os Grupos de Vigilância. Um ex-comandante de milicianos afirmou que "recrutavam compulsivamente jovens que eram treinados. Havia também milicianos que juntamente com os soldados e os Grupos de Vigilância faziam patrulhas nocturnas nas aldeias e nos bairros"⁷⁸.

Os "naparama", assim como os milicianos e os Grupos de

⁷⁷. Estas informações forma obtidas de várias conversas informais.

⁷⁸. E.I. Muikho, Mutuáli-Malema, 15/7/94.

Vigilância, eram sobretudo voluntários e faziam trabalhos sem remuneração. É verdade que muitas vezes eram gratificados pelos seus superiores hierárquicos ou levavam os espólios da guerra.

A alimentação desse último grupo era também própria.

"Quando eles saíam de casa de manhã, comiam em casa e se fosse à noite, comiam à tarde e trabalhavam toda a noite e voltavam para casa no dia seguinte"⁷⁹.

Para o lado da Renamo a coisa não é muito diferente: recrutava compulsivamente jovens para engrossarem as suas fileiras; a alimentação era obtida muitas vezes através de assalto, acontecendo o mesmo em relação ao armamento que provinha do governo.

Em relação ao transporte a situação era difícil. Muitas vezes os soldados do governo, assim como da Renamo, andavam a pé longas distâncias. Para o lado da Renamo a situação era mais grave. Todos os movimentos eram feitos a pé.

4.6. Tácticas de sobrevivência durante a guerra

A população do distrito de Malema não tinha conhecido a guerra de 1919 a 1983, como mostramos anteriormente. A última guerra que atingiu com grandes dimensões foi a de German (I Guerra Mundial), que praticamente coincidiu com a ocupação definitiva e montagem da administração colonial portuguesa. A guerra de Libertação Nacional não teve grande expressão. Isto quer dizer que a actual geração não conhecia a guerra. Por isso vai ter muitos problemas para enfrentá-la e até quando chegou não acreditava que tivesse chegado mesmo, como

⁷⁹. Idem.

demonstra um dos nossos informantes.

"Quando os guerrilheiros da Renamo chegaram aqui.. as pessoas pensavam que eram reeducados de Louci, porque eles traziam farda preta. Começou a acreditar quando viu eles a fazer estragos, queimar casas, matar pessoas.."80.

Mesmo assim, a população foi aprendendo a viver com a guerra, utilizando várias táticas para escapar os ataques e para produzir alimentos.

Muitos ataques eram feitos à noite ou nas primeiras horas do dia. Assim, durante a noite as pessoas retiravam-se da vila ou das aldeias para o mato e de manhã voltavam às suas casas.

"Quando houvesse um movimento estranho, havia informações que circulavam e a população ficava preparada. As pessoas estavam sempre alertas. Às vezes ouvia-se que hoje o dia não está bom e as pessoas ficavam preparadas. Quando se ouvisse um pequeno disparo, não era preciso consultar o outro o que se estava a passar. Era só pegar na sua trouxa e fugir"81.

Nos primeiros ataques, de facto, a população não sabia fugir à guerra e ficou bastante alarmada. Acredita mesmo que só Deus a deixou com vida.

Para a produção de alimentos houve também várias táticas. Como dissemos anteriormente, muitos ataques eram feitos à noite até as primeiras horas do dia. Assim, a população sabia que bastava "amanhecer bem" para poder ir à

⁸⁰ E.I. Colete, Maurício, Malema, 14/11/95.

⁸¹ Idem.

machamba, mas sempre havia precauções.

"Deixávamos as nossas crianças sob a responsabilidade de uma pessoa adulta. Informávamos que se houvesse qualquer problema não se devia interessar em levar alguma coisa. Era só carregar as crianças e fugir com elas. Nós os outros iam às machambas, mas sempre ficávamos atentos a situação das nossas casas na vila"⁸².

Foram desenvolvidos até alguns códigos para em caso de ataque a população saber.

Bastava a população se aperceber que eles estão a chegar havia batiques, apitos e gritos informando da chegada da guerra. Por exemplo, na vila-sede, "em caso de suspeita de chegada da Renamo era accionada a sirene da fábrica de tabaco, localizada junto à estação dos caminhos de ferro, que servia de sinal para a população debandar em busca de esconderijo. Para o retorno à Vila vinham os mais ousados 'espreitar', avisando depois os restantes de que a situação estava normalizada"⁸³. Portanto, criou-se um sistema complexo de comunicação que fazia com que as pessoas não fossem apanhadas, em muitos casos, de surpresa. Muitos bens de valor como dinheiro, capulanas, panelas, pratos, ficavam enterrados no mato.

Era bastante difícil a população produzir os seus alimentos durante o período de guerra. Muitas vezes não conseguia ir às antigas machambas, que normalmente ficam muito longe da aldeia. Assim, optava por abrir uma pequena

⁸² E.I. Alberto, Verónica, Malema, 14/11/95.

⁸³. Malache, Adriano Manuel, op. cit, p.120.

machamba perto da aldeia que consistia sobretudo em mandioca, além de mapira e milho. Além disso, a população também apanhava frutos silvestres (ijhema, napalapala..) para a sua alimentação e outros tubérculos (mussoma). A mandioca teve um papel muito importante para a sobrevivência da população e tem uma grande história na região nos períodos difíceis, que inclui também as calamidades naturais (secas).

Na verdade, foi dessa forma que a população foi conseguindo alimentos a um nível aceitável. Portanto, a população nunca esteve parada de produzir por causa da guerra, mesmo em zonas em que a situação era considerada dramática, como nas bases. Como ilustra-nos uma senhora que esteve na base de Namanjavira em Zambézia.

"Nós tínhamos nossas machambas onde produzíamos. Bastava um recém-chegado chegar lá, era-lhe dado um terreno para fazer machamba. Os recém-chegados tinham que realizar trabalhos nas machambas dos antigos e em troca recebiam comida"⁸⁴. Este processo muito frequente entre os macua chama-se *olimiha* (vem da palavra *olima* que significa cultivar). *Olimiha* é fazer cultivar alguém para receber alguma coisa). Pode ser considerada uma agricultura essencialmente de subsistência.

Este processo é muito frequente nos períodos de crise: calamidades naturais, guerra ou uma pessoa por vários motivos não conseguiu ter comida suficiente.

Durante a guerra houve emigração de famílias ou de pessoas de algumas aldeias para as zonas consideradas

⁸⁴ E.I. Paulo, Celéstina, Malema, 13/11/95.

seguras. Exemplo disso é a região de Nacata que durante muito tempo ficou praticamente desabitada. A movimentação das populações para as regiões consideradas seguras, fez com que na vila e seus arredores fossem "criados centros de recepção de deslocados que acolhiam população proveniente não só das outras localidades do distrito mas, também dos distritos e províncias vizinhas.... Em todo o distrito foram criados mais de 10 centros de recepção onde os deslocados recebiam apoio do DPCCN e as ONG's em alimentação, instrumentos de produção e sementes, nos primeiros meses da sua estadia"⁸⁵.

As informações de campo revelam que apesar de ter havido apoio, nem toda a população necessitada chegou a receber o referido apoio, como ilustram alguns entrevistados.

"Costumava haver apoio, mas desde que a guerra iniciou até hoje, nunca recebi nenhum apoio. Os chefes davam-se entre eles. Aparecia feijão, milho, peixe seco...e eles distribuía-se. Mesmo os refugiados não recebiam nada"⁸⁶.

Esta afirmação foi secundada por uma recém-chegada de Namanjavira. "Desde que voltei nunca recebi nenhum apoio. Quando voltei fui-me apresentar e nada foi feito até hoje"⁸⁷.

A mesma informação foi secundada por vários informantes, talvez porque muitas vezes os apoios destinados à população eram desviados pelas autoridades administrativas, como reconheceu o Chefe do Posto Administrativo de Mutuáli.

⁸⁵. Malache, Adriano Manuel, op. cit., p.120.

⁸⁶ E.I. Alberto, Verónica, Malema, 14/11/95.

⁸⁷ E.I. Paulo, Celestina, Malema, 13/11/95.

"Às vezes recebíamos donativos para os deslocados e tirávamos uma parte para os soldados que nos defendiam"⁸⁸.

A Acção Agrária Alemã foi uma das ONG's que deu algum apoio à população em sementes e instrumentos de produção. Esta ONG continua até hoje a operar na zona, mas virada para a reconstrução de escolas e postos de saúde.

A outra ONG que está a operar desde 1994 é a CARE INTERNACIONAL, que se notabilizou pela distribuição de pequenas moagens para o fabrico de óleo de cozinha. Distribuiu à população sementes de girassol e gergelim.

Não foi possível obter as quantidades dos produtos distribuídos pelas ONG's, porque os relatórios não estão a disposição do público.

A população utilizou também o culto de antepassados e práticas mágicas como um meio de sobrevivência e de protecção contra a guerra, além do armamento ainda tradicional, como flexas, catanas, machados, etc.. Nos últimos anos de guerra (1987-90), apareceram os "naparama" já mencionados. Pode-se dizer que esta foi uma tática colectiva da população para a defesa e sua sobrevivência.

⁸⁸ E.I. Salimo, Latifo V. Mutuáli-Malema, 12/7/94.

V. O PERÍODO PÓS-GUERRA

5.1. Consequências da guerra

A guerra fez enormes destruições de infraestruturas económicas e causou segundo alguns informantes a degradação dos valores morais e culturais e do tecido social.

Muitas casas foram destruídas. Este aspecto é muito notório nas localidades de Muralelo, Nioce, Nataleia e nos postos de Chihulo e Mutuáli.

Também em consequência da guerra, muitas pessoas foram raptadas ou mortas. Mesmo sem dados quantitativos pode-se constatar que há muita gente cujo paradeiro é desconhecido. Houve o despovoamento de algumas aldeias e fuga para as regiões consideradas seguras.

Os guerrilheiros da Renamo destruíam, queimavam ou assaltavam tudo que apanhassem, como ilustra um entrevistado:

"Bastava apanhar alguma coisa, levavam. Se lhe apanhassem [referia-se a mim], arrancavam-lhe esse relógio, esse gravador... Eles estariam a tremer"⁸⁹.

As redes de transporte, de educação e de comércio foram seriamente afectadas. Neste momento não há nenhuma viatura para evacuar os doentes dos postos de saúde das localidades para a sede do distrito.

O surgimento do comércio informal praticado por homens e mulheres mesmo nas zonas rurais é um novo fenómeno ligado ao fim da guerra. É bastante interessante assistir a presença significativa de mulheres a se dedicarem o comércio. Parece-

⁸⁹. E.I. Tito, Arão, Mutuáli-Malema, 15/7/94.

nos que a guerra ensinou o individualismo, o viver a custa de si mesmo e o "desenrascar". Pode ser considerado um dos grandes ensinamentos da guerra em termos de necessidade de sobrevivência. Actualmente, há bastantes pessoas (homens e mulheres) que estão constantemente a viajar de comboio e carros para Nacala ou Malawi para adquirir produtos para a revenda. Seria interessante comparar com o estudos feito por Mark Chingono (1994) em Manica que tenta descobrir como a experiência da guerra afectou a vida das mulheres e o que estas fizeram por elas próprias e para alimentar a guerra.

Ao nível sócio-cultural, as destruições são enormes:

Antes da independência havia ritos de iniciação, que no distrito são conhecidos por "olukuni", para os jovens e "imuali", para as meninas. Todos os anos havia ritos de iniciação. Com a independência foram proibidos, contudo, as pessoas continuavam a fazê-los clandestinamente. Com a guerra da Renamo tudo se complicou mais: já não era possível levar as crianças para o mato fazerem os ritos de iniciação.

Esta situação está a preocupar muito a população, porque acha que hoje há falta de respeito dos filhos porque esta actividade social esteve paralisada.

"As nossas filhas devem ir aos ritos de iniciação imuali e os nossos filhos ao olukuni, porque é só assim que eles aprenderam a ser respeitosos. É lá onde as crianças são educadas, é-lhes dito o que é bom e o que é mau. Hoje as crianças estão só para chatear os pais"⁹⁰.

⁹⁰. E.I. Alberto, Verónica, Malema, 14/7/95.

Com o fim da guerra aparecem muitos marginais. Essa argumentação da população, por um lado é o resultado da proliferação de indivíduos drogados que estiveram no mato, e por outro, a exibição de filmes de terror á crianças.

"Nos nossos tempos, só assistíamos matiné. Hoje qualquer criança pode assistir qualquer filme, por isso, elas ficam destruídas"⁹¹. Actualmente são projectados vídeos em casas de pessoas particulares.

O termo "democracia", segundo a população é resultado da guerra. Este termo tem sido questionado muito, pois, muitos jovens não têm tido respeito com os seus pais, alegadamente porque este é momento da democracia, portanto cada um pode fazer/disser o que bem entender.

O problema de vídeos e da democracia é questionado, sobretudo por velhos, que pretendem ver conservada a cultura local.

Existem outras práticas culturais que ficaram também paralisadas devido à guerra. São danças tradicionais, como nakula, ninquiniha e outras.

Ao nível das estruturas políticas, com o fim da guerra constata-se que reaparecem os mwene que trabalham juntamente com os secretários dos bairros.

O único problema é a falta de definição correcta da tarefa que cada um deve executar. Esta situação provoca algumas fricções entre estas duas estruturas.

Os mwene querem ter os mesmos poderes que tinham antes. Acham que os secretários estão a intrometer-se em assuntos

⁹¹. E.I. Colete, Maurício, Malema, 15/11/95.

que não lhes dizem respeito. De certa forma, há crise de autoridade em algumas regiões devido a essa situação e devido à mudança de mentalidade.

5.2. Continuidades e os planos do período pós-guerra

No período pós-guerra, a agricultura familiar continua a ser praticada em pequenas parcelas. Muitas populações já estão a voltar as suas antigas machambas, que geralmente ficam longe das aldeias.

Neste período, uma das maiores dificuldades da população é a falta do apoio quer do governo, quer das ONG's na canalização de meios materiais para a população que ainda continua carente. Muitos deles lamentam por exemplo a falta de enxadas, machados, alfaias agrícolas.

O processo de *olimiha* continua como maneira de sobrevivência da população que ainda não conseguiu atingir a autosuficiência. O apoio de Organizações Não Governamentais foi drasticamente reduzido virando todos os seus projectos para a reconstrução.

É o exemplo da Acção Agrária Alemã e da CARE Internacional. Esta última ONG programou um curso de capacitação de agricultores rurais sobre a rentabilização da produção de diversos tipos de culturas, seu armazenamento e comercialização. A formação inclui, igualmente a capacitação de extensionistas pertencentes aos Serviços Provinciais de Extensão Rural. Pretende-se com este projecto dotar os camponeses de conhecimentos que possam permitir a obtenção de maior índice de resultados em cada campanha agrícola⁹².

⁹². In: Notícias, 26/9/96.

Contudo, considerarmos que o governo e as OGN's devem levar a cabo mais programas de apoio às populações que ainda têm dificuldades de ser autosuficientes ou para melhorar a sua produtividade.

Há alguns problemas de disputa de terras, sobretudo as mais férteis que estão perto das aldeias e os vales dos rios Nalume, Niwalo, Malema, etc... Mas não chegam a atingir níveis bastante assustadores.

Durante este período pós-guerra, o comércio informal conheceu uma grande expansão em zonas rurais. Este é a alternativa para a população para a aquisição de alguns bens que o comércio formal não consegue fornecer.

A cultura de cereais (milho, mapira, arroz de sequeiro, feijões) e outras culturas continuam a ser parte importante das actividades da população. Devido à grande necessidade do dinheiro, a população tem-se preocupado muito em produzir produtos de rendimento como o tabaco, o algodão e a cebola. Só que este último produto, na última campanha agrícola de 1994/5 foi dos mais afectada em termos de comercialização. Não havia nenhum comerciante tivesse manifestado o seu interesse, o mesmo se pode dizer em relação aos cereais. Por isso algumas populações mostraram-se apreensivas e desmotivadas em relação à essas culturas. A população acha que vale a pena produzir o algodão e tabaco que têm um comprador garantido (João Ferreira dos Santos).

Por isso é urgente que a rede comercial seja reposta. O Estado deve procurar se envolver no desenvolvimento ou reabilitação deste sector que é muito importante. Malache

cita a Direcção Distrital do Comércio que na campanha 1994/5, tinham sido comercializados 10.649,468 toneladas de cereais, dos quais, apenas 7.593,715 tinham sido escoados⁹³, justificando assim o potencial em termos destes produtos. A alta do preço foi uma das preocupações da população.

Um estudo recente mostra que em Malema-Sede, estão em funcionamento 11 lojas e está encerrada 1; no Posto de Mutuáli estão em funcionamento 3 lojas, 2 estão encerradas e 1 ficou destruída; na localidade de Nioce está em funcionamento 1 loja e 2 estão destruídas; na localidade de Muralelo 2 estão destruídas e nenhuma funciona, localidade de Nataleia está em funcionamento a única loja que existe; no Posto Administrativo de Chihulo, a única loja que existia, está encerrada; Iapaca a única loja que existia está destruída. Em resumo ao nível do distrito 4 lojas estão encerradas, 6 foram destruídas e 15 estão em funcionamento⁹⁴. O número de lojas que estão em funcionamento é razoável, mas o problema é que muitos comerciantes estão descapitalizados, não tendo nenhuma capacidade de comercializar os produtos dos camponeses, bem como para fornecer os produtos que a população necessita como o sabão, açúcar, óleo alimentar, tecidos e instrumentos de trabalho. Também é preciso ter em conta que este distrito produz muitos cereais, por isso a rede comercial deve ser muito forte para conseguir comercializar esses produtos. É preciso reabilitar a rede comercial e repor a capacidade financeira dos comerciantes.

⁹³. Malache, Adriano Manuel, op. cit, p.128.

⁹⁴. Malache, Adriano Manuel, op. cit, pp.124/125.

Neste momento muita gente precisa de emprego que lhe assegure dinheiro para vários fins. A população quer que as empresas paralisadas sejam reabertas e que admitam o pessoal.

Os recursos do distrito de Malema não estão a ser utilizados em pleno e/ou valorizados para o benefício da população local. Neste caso, existe uma necessidade premente de se conjugar esforços com novas acções de combater os males que enfermam o desenvolvimento económico e social.

A educação continua com grandes problemas. A guerra reduziu o número de estabelecimentos escolares. Segundo dados recentes, o distrito possuía 56 escolas e até ao fim da guerra estavam em funcionamento apenas 36, tendo em 1995 sido postas em funcionamento mais 4⁹⁵.

Outro sector que precisa de um urgente investimento é o de transportes. Neste momento há muitas estradas intransitáveis.

Também há problemas de abastecimento de água. Muita gente percorre cerca de 10 kms para conseguir este precioso líquido.

A região de Namíbia esteve sob o controlo da Renamo até ao fim da guerra. Até início de 1996 a temperatura política naquela região era tensa. Em questão "estava na nomeação de um responsável administrativo da região.." ⁹⁶. O Delegado Político da Renamo, o senhor Manuel Maria de Rosário não gostou da nomeação do senhor Albino Nicaca como responsável administrativo da região, alegadamente porque ele tinha

⁹⁵. Malache, Adriano Manuel, op. cit, p.121.

⁹⁶. In "Notícias", 03/02/96, p.6.

pertencido à Organização da Juventude Moçambicana (OJM).

VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho tem por objectivo dar bases para a compreensão da história recente de Malema e mostrar a importância que tem. Serviu também para a avaliação de todos os processos e transformações provocadas pela guerra e pela economia colonial. Na verdade não é um trabalho que pode ser considerado acabado, mas sim um contributo para futuras investigações ligadas ao tema ou a região.

No trabalho constatamos que:

A ocupação e conquista coloniais da região só se deu entre 1900 e 1913. Com a conquista colonial a população foi submetida a violência tanto para a construção de estradas, caminho de ferro e no pagamento de imposto e na décadas 20 a 30 foram introduzidas as culturas de tabaco e algodão. A economia camponesa é reestruturada. A população passou também a ser utilizada como mão de obra local na economia colona e passou a integrar-se na produção para o mercado.

Apesar das dificuldades dos entrevistados em indicar com precisão a data, o mês e o ano em que a guerra da Renamo atingiu nesta região, a maioria dos entrevistados apontam o ano de 1983, isto é, mais tarde do que em algumas zonas do centro do país. O primeiro alvo foi o Posto de Mutuáli em 01/8/83.

De acordo com alguns entrevistados, apontaram a província da Zambézia como principal zona de proveniência dos homens da Renamo que se infiltraram via distrito de Alto-Molocue e Gurué. Nada indicava a proveniência da Renamo a partir do Malawi. Nos anos 1986 a 1987 havia movimentações de

Nawela para a base de Namíbia. Foi no mesmo período que se intensificam ataques no distrito. Praticamente tudo fica paralisado, sem contudo significar que houve muita mobilização da população. A única explicação provável que justifique, entre outras, a existência de muitos ataques é a própria localização estratégica do distrito, que permitia a progressão da Renamo para a região norte do país e a aquisição de mantimentos alimentares.

Com o início da guerra, o sentimento da população foi de grande preocupação. Ficou bastante horrorizada, porque a última guerra que atingiu o distrito foi a famosa German (I Guerra Mundial 1917-1918). Com isso, quer dizer que a geração actual não conhecia a guerra.

O período antes do início da guerra foi marcadamente caracterizado por um certo descontentamento de certos círculos da sociedade em estudo, muito particularmente por causa das aldeias comunais, o banimento de algumas práticas culturais, sociais e religiosas, o afastamento do poder das chamadas autoridades "tradicionais" e as formas colectivas de produção, que fazia parte da política governamental. Este período também foi caracterizado por uma aguda crise de alguns bens essenciais à população, apesar de algumas melhorias na saúde e educação. O que nos leva acreditar que algumas causas da guerra, devem ser procuradas no interior do país.

A sede do distrito sofreu 3 ataques, assim como o Posto de Mutuáli. Além destes, encontramos outros que eram feitos a alguns bairros. Estes últimos são difíceis de quantificar.

A principal estratégia utilizada pelos homens da Renamo para se infiltrarem na vila ou nas aldeias foi de se fazer passar por forças de patrulha e de defesa sob capa de pertencerem ao governo.

Para escapar dos ataques, a população teve que usar vários meios, abandonando as aldeias para o mato, sobretudo à noite.

A população utilizou também o culto dos antepassados como um meio de protecção contra a guerra.

Outros meios eram a sintonização (comunicação) e reorganização da produção. Foram desenvolvidos códigos de comunicação para alertar a população sobre um eventual ataque à aldeia ou vila. Para a produção de alimentos a população teve que abandonar as suas antigas machambas que ficavam longe da aldeia, porque quando alguém fosse apanhado, era raptado ou morto. Deixava os cereais e preferia produzir mandioca, porque não precisa de muitos cuidados. A população também apanhava frutos silvestres e tubérculos. A mandioca tem uma longa história na região, pois, em quase todos os períodos difíceis (guerra e seca) constituiu um produto que se pode considerar "salva vida".

Além destes produtos, havia também donativos; só que muitas vezes esses donativos eram desviados por pessoas envolvidas na sua distribuição, dando a seus familiares, amigos ou usando-os para fins comerciais.

Nas zonas que estavam ocupadas pela Renamo a população se envolvia na produção dos seus alimentos. Os recém-chegados

tinham que trabalhar nas machambas das antigas pessoas e em troca recebiam comida. Este processo, conhecido por *olimiha*, continua hoje a ser praticada pela população que ainda não alcançou a autosuficiência alimentar. O envolvimento da população nas actividades de produção nas bases da Renamo é uma das diferenças com as bases deste movimento na zona sul do país. Se isto tem alguma coisa a ver com a mobilização da Renamo, é um assunto ainda por investigar.

A Acção Agrária Alemã, a DPCCN e a CARE INTERNACIONAL são algumas das organizações que tiveram um grande papel no apoio à população necessitada.

As tácticas de sobrevivência aplicadas antes e durante a guerra são de certa forma similares, isto é, houve experiências adquiridas no período antes da guerra que foram aplicadas no período da guerra, como a recorrência ao cultivo e consumo da mandioca. Isto pode-se considerar uma reprodução de economia de guerra ou de sobrevivência. O que se espera no pós-guerra é que venha a influenciar significamente o tipo de economia a se desenvolver.

Por outro lado algumas tácticas de sobrevivência aplicadas antes do fim da guerra continuam no pós-guerra a serem importantes para a população, sobretudo aquela que ainda não atingiu a autosuficiência alimentar. Pode-se considerar uma reprodução do deste de tipo de produção (*olimiha*). Isto deve ter sido aplicado em crises anteriores (secas, fome ou qualquer situação que impeça a prática normal da agricultura).

Isto demonstra que, de facto, a população teve bastantes

experiências, aprendeu a viver e a produzir com crises e a guerra, criou novas formas de vida, tanto ao nível económico, social como cultural. Surgiram novas estruturas sociais e políticas, alterando de certa forma os velhos padrões de vida, contudo, há algumas continuidades.

O relacionamento entre a população e os soldados nem sempre foi bom. Às vezes os soldados eram acusados de vários desmandos, sobretudo nos últimos anos da guerra.

Os alvos preferenciais da Renamo eram a linha férrea e as aldeias comunais. Houve muita destruição, saque de bens, mortes e raptos de pessoas. É difícil quantificar o ataques feitos pela Renamo ao nível do distrito.

Os recursos para a guerra eram mais locais que externos. A alimentação para os soldados do governo era do Ministério de Defesa, porém, às vezes a população contribuía com géneros alimentícios. Para os milicianos e naparama, a alimentação era deles mesmos. Todo o trabalho que faziam era gratuito, daí que gozassem de um grande prestígio junto da população. Do lado da Renamo a situação não era muito diferente. Só que em termos de alimentação muitas vezes recorreram a pilhagem dos produtos da população.

Com o fim da guerra reaparecem os mwene. Tem havido algumas contradições entre estes e os secretários ligados com a definição das tarefas que cada um deve realizar. Isto provoca aquilo que se pode classificar de crise de autoridade em algumas regiões devido a essa situação e devido à mudança de mentalidade.

O surgimento do comércio informal mesmo nas zonas rurais

é um novo fenómeno ligado a redução do comércio formal e de problemas de transporte. Mas pode ser considerado como uma tática de sobrevivência da população, pois, esta actividade também tem uma longa história na região desde o tempo colonial. Actualmente, há bastantes pessoas (homens e mulheres) que estão constantemente a viajar de comboio e carros para Nacala ou Malawi para adquirir produtos para a revenda. A presença das mulheres no comércio mostra uma viragem no comportamento, em termos de necessidade de sobrevivência.

Muitas actividades sociais ficaram seriamente afectadas com guerra. Houve degradação dos valores morais e culturais, especialmente no que toca a falta de respeito pela vida humana.

Finalmente, dizer que o nosso objectivo era conseguir mais dados sobre a guerra para ver se é válida a hipótese de Geffray. A nossa conclusão é que para avaliar e ampliar a referida tese é preciso reconstituir a história social da guerra ao nível do país.

VII. BIBLIOGRAFIA E FONTES

I. Fontes orais

Quadro 4. Lista dos entrevistados

Nome do entrevistado	Local	Idade	Data
Arão Tito	Mutuáli	45	15/7/94
Armando Mukhovaca	Mutuáli	48	15/7/94
Celestina Paulo	Malema	32	13/11/95
Daniel Cassaremo	Mutuáli	41	15/7/94
Domingos Martins da Silva	Malema	52	14/11/95
Eduardo Colete	Malema	55	14/11/95
Elias Manuel	Malema	45	14/11/95
Estevão Muikho	Mutuáli	?	15/7/94
Francisco Januário	Malema	58	14/11/95
Francisco Mucoroma	Malema	26	16/11/95
Jacinto Pedro Quaria	Mutuáli	?	15/7/94
Jaime Gabriel	Mutuáli	50	14/7/94
Julieta Muchanga	Malema	?	14/11/95
Latifo Salimo	Mutuáli	40	12/7/94
Manuel Correia	Malema	45	14/11/95
Manuel Virieque	Malema	42	15/11/95
Marcos Malowa	Malema	60	16/11/95

Maurício Colete	Malema	58	14/11/95
Rita Machado	Mutuáli	65	20/7/94
Verónica Alberto	Malema	38	14/11/95

Nota: Todos os entrevistados são camponeses, com excepção do sr. Marcos Malowa (Cobrador de Impostos), sr. Daniel Cassaremo (Chefe dos Serviços Agropecuários), sr. Latifo Salimo (Chefe do Posto de Mutuáli), sr. Armando Mukhovaca (Secretário do Bairro e o sr. Jaime Gabriel (Muene do Bairro).

II. Fontes Escritas

A1. Fontes não publicadas (Relatórios manuscritos)

1. ALBERTO, Manuel Simões, Os Negros de Moçambique- Censo Etnográfico, Lourenço Marques, 1947 (Dactilografado, cota: AHM C1282j)
2. BRANQUINHO, José Alberto Gomes Melo, Prospecção das forças tradicionais: Distrito de Moçambique, Lourenço Marques, 1969 (policopiado).
3. CORREIA, Capitão Armando Eduardo Pinto, Relatório da Inspeção Ordinária às Circunscrições do Distrito de Moçambique, 1936-1937, Província do Niassa, Inspeção dos Serviços Administrativos e dos Negócios Indígenas, s/d (AHM- Cópia dactilografada)
4. PIMENTEL, Francisco Alexandre Lobo, Relatório- Usos e Costumes dos Indígenas de Chinga (Distrito de Moçambique, 2 Volumes, Chinga, 1927 (manuscrito).
5. SILVEIRA, Capitão Carlos Henriques Jones da, Inspeção Ordinária na Província do Niassa em 1943, Colónia de Moçambique, ISANI, Província do Niassa, 3 Vol.s, s/d.

A2. Teses

1. HAFKIN, N.J, Trade, Society and Politics in Mozambique c.1753-1913, Boston, Boston University Graduate School, 1973, Tese de PhD.

2. IVALA, Adelino Zacarias, Transformações Sócio-Políticas: o caso do regulado de Umpuhua, C.1850-1933: contribuição para a pesquisa da história local, Maputo, 1993, Tese de Licenciatura, ISP.
3. MBWILIZA, J.F, Towards a Political Economy of Northern Mozambique- The Macua Hinterland, 19600-1900, Columbia, University of Columbia, 1988, Tese de PhD.

B1. Documentação Oficial: Boletim Oficial do Governo Geral de Moçambique (BO)

1. BO n° 16, I Série, de 1930, p.16.
2. BO n° 7, I Série, de 1934, p.71.
3. BO n° 49, I Série, de 1942, p.826.
4. BO n° 41, I Série, de 1945, p.407.
5. BO n° 45, I Série, de 1975, DL 41/75, p.242.

B2. Anuário de Moçambique (AL/AM)

1. Anuário de Lourenço Marques, 1932, 19a. Edição.
2. Anuário de Lourenço Marques, 1942, 28° Edição.
3. Anuário de Moçambique, 1951-52, 37a. Edição
4. Anuário de Moçambique, 1962, 44a. Edição
5. Anuário de Moçambique, 1972-73, 51a. Edição

B3. Obras e artigos

1. ABRAHAMSSON, H; NILSSON, A, Moçambique em Transição: um estudo da história de desenvolvimento durante o período 1974-1992, CEEI-ISRI, Maputo, 1994.
2. ADAM, Y, "Guerra, fome, seca e desenvolvimento: lições de Changara, Moçambique", Arquivo, 10, 1991, pp.185-287.
3. ADAMOWICZ, Leonardo, "Contribuição para o Conhecimento da Arqueologia entre os Rios Lúrio e Ligonha, Província de Nampula, Projecto "CIPRIANA", 1981-1985", In; Trabalhos de Arqueologia e Antropologia, n°3, Maputo, DAA/UEM, 1987, pp.45-144.
4. ALBERTO, M.S, "Sinopse das Línguas e Dialectos falados pelos Autóctenes de Moçambique", In: Boletim do

Instituto de Investigação Científica de Moçambique, vol.7, Lourenço Marques, 1965, pp.135-170.

5. ALEXANDER, Jocelyn, "Terra e Autoridade Política no pós-guerra em Moçambique: O caso da Província de Manica", Arquivo, nº16, Outubro de 1994, pp.5-94.
6. AMORIM, [Pedro F.] Massano de, Distrito de Moçambique. Relatório do Governador (1906-1907), Lourenço Marques, Imprensa Nacional, 1908.
7. BRAVO, Nelson Saraiva, A Cultura Algodoeira na Economia do Norte de Moçambique, Lisboa, 1963.
8. CABRAL, António C.P., Dicionário dos Nomes Geográficos de Moçambique: suas origens, Empresa Moderna, Lourenço Marques, 1975.
9. CAPELA, J; MEDEIROS, E., O Tráfico de Escravos de Moçambique para as Ilhas do Indico 1720-1902, Núcleo Editorial da UEM, 1987, Maputo.
10. CASTRO, Francisco Manuel de, Major Neutel de Abreu. O Maior Vulto da Nossa Ocupação no Norte de Moçambique, Lisboa, 1941.
11. CASTRO, Soares de, "Breves considerações Sobre os 'Mahimo' no Distrito de Moçambique", In: Boletim do Museu de Nampula, vol.I, Nampula, 1961, pp.1-17.
12. _____, "A Pré-História de Entre Ligonha e Rovuma", In: Boletim do Museu de Nampula, Vol.II, Nampula, 1961, pp.61-87.
13. CHINGONO, Mark (1994), "Mulheres, Guerra e Transformações na Província de Manica: Uma Herança Ambígua", Arquivo, nº16, 1994, pp.95-134.
14. FERREIRA, [João Gregório] Duarte, Distrito de Moçambique. Relatório do Governador (1911-1913), Lourenço Marques, 1915.
15. _____, Relatório dos trabalhos Militares do Distrito de Moçambique (1911-1913), Lourenço Marques, 1915.
16. FORTUNA, Carlos, "A Mudança do algodão Moçambicano: Estado capital e trabalho no período entre guerra", In: Revista Internacional de Estudos Africanos, 10/11, 1989, pp.101-125.
17. FREITAS, Nuno Ivens Ferraz de, Monografia Etnográfica sobre os Macuas, Lourenço Marques, 1965,

Dactilografado (AHM, SE, não registado).

18. GEFFRAY, Christian (1987), "Condição Servil No País Makua", In: Trabalhos de Arqueologia e Antropologia, n°4, pp.31-54.
19. GEFFRAY, Christian, A Causa das Armas: Antropologia da guerra Contemporânea em Moçambique, Edições Afrontamento, Porto, 1991.
20. _____; e PEDERSEN, M, "Sobre a guerra na província de Nampula. Elementos de análise e hipótese sobre determinações e consequências sócio-económicas locais", In: Revista Internacional de Estudos Africanos, 4/5, 1986, pp.303-318.
21. GERARDS, Pe. Constantino, "'Mahimo' Macuas", In: Moçambique- Documentário Trimestral, n°26, Lourenço Marques, 1941, pp.1-17.
22. IDEIAS, Manuel N.S, Monografia Etnográfica sobre a tribo Macua, Lourenço Marques, Dactilografado (AHM, SE, não registado)
23. ISAACMAN, Allen, "Camponeses, trabalho e processo de trabalho: o cultivo forçado de algodão em Moçambique colonial (1938-1961): In: Moçambique: 16 anos de historiografia, vol.I, Maputo, Coleção Painel Moçambicano, pp.195-237.
24. LIMA, Alfredo Pereira de, História dos Caminhos de Ferro de Moçambique, 4 Vols., Lourenço Marques, 1971.
25. LOBATO, Alexandre, "Sobre as Causas da Ocupação Tardia do Norte de Moçambique- Num Relance pela História de Moçambique", In: Monumenta, n°7, Lourenço Marques, 1971, pp.7-21.
26. MALACHE, Adriano Manuel, "Pós-guerra e recuperação económica do distrito de Malema", In: Arquivo, n° 19, 1996, pp.111-133.
27. MARTINEZ, Francisco Lerma, O Povo Macua e a sua Cultura, Lisboa, Ministério da Educação/ Instituto de Investigação Científica Tropical, 1989.
28. MEDEIROS, Eduardo, O Sistema Linhangeiro Macua-Lómuè, UEM/Faculdade de Letras, Maputo, 1987.
29. O'LAUGHLIN, Bridget, "Base Social da Guerra em Moçambique", In: Estudos Moçambicanos, 10, 1992, pp.107-142.

30. PÉLISSIER, René, História de Moçambique- Formação e Oposição, 1855-1918, Volumes.I e II, Editorial Estampa, Lisboa, 1987 e 1988.
31. PITCHER, Anne, "Lançar as sementes do fracasso: as primeiras tentativas da cultura de algodão e Moçambique e Angola", In: Revista Internacional de Estudos Africanos", 12/13, 1990, pp.99-135.
32. RAPOSO, Amândio de Miranda, Relatório da Inspeção Ordinária do Concelho de Ribáuè, Caixa n°88, AHM, Maputo, 1970.
33. RITA-FERREIRA, António, Agrupamento e caracterização étnica dos indígenas de Moçambique, Lisboa, 1958.
34. _____, Fixação Portuguesa e História Pré-Colonial em Moçambique, Lisboa, 1982.
35. _____, Pequena História de Moçambique Pré-Colonial, Lourenço Marques, 1975.
36. _____, Povos de Moçambique-História e Cultura, Porto, 1975.